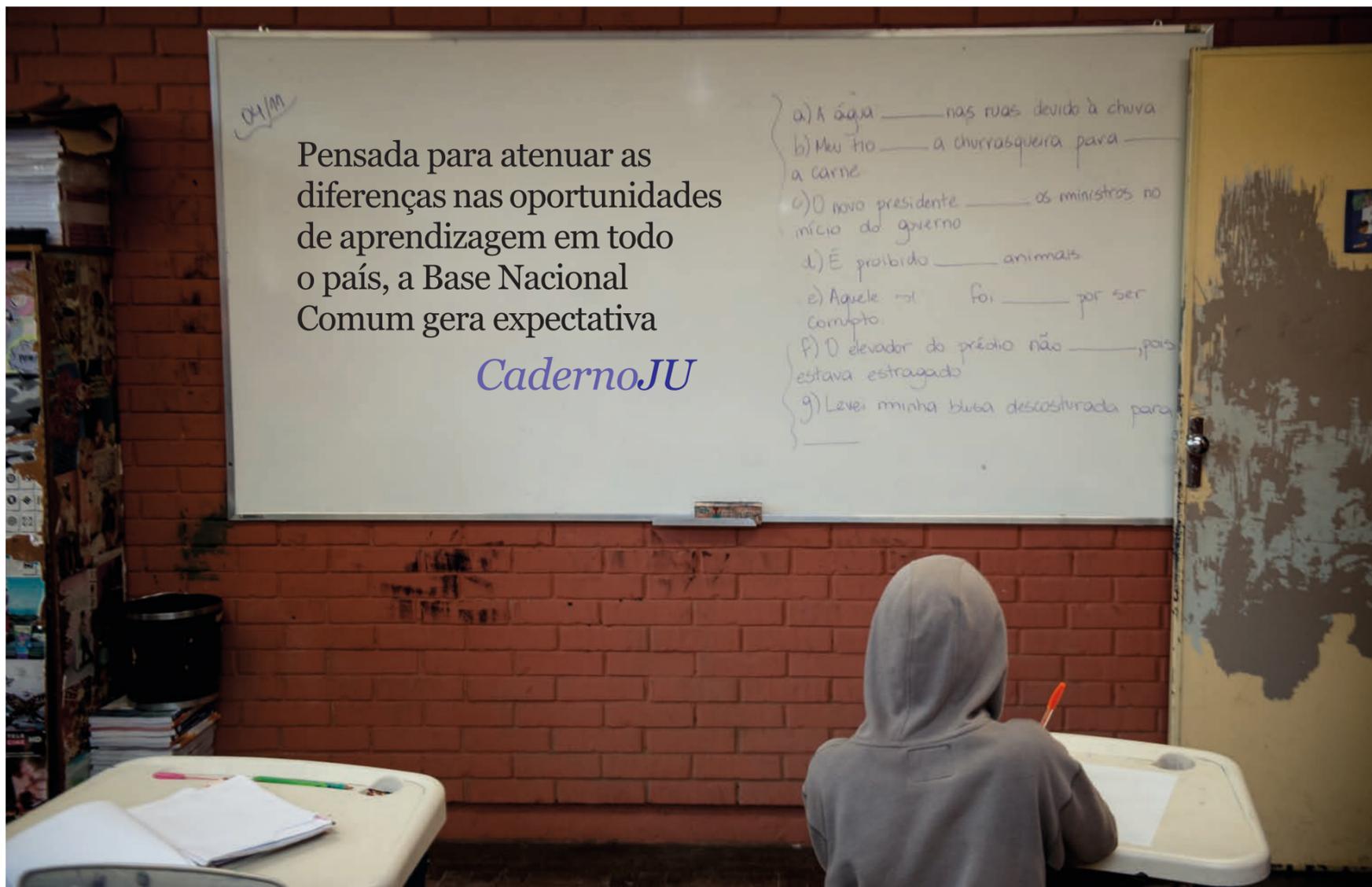


# Currículo em discussão



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

## EM DEBATE

### Obrigatoriedade do capacete



P5

**Saúde na fronteira**  
Sobrecarga do SUS precisa ser enfrentada **P4**

**Escolinha de Artes**  
Mostra resgata a história de iniciativa de vanguarda **P6**

**Stéphane Monclaire**  
Brasilianista critica o conservadorismo das elites **P9**

## REFUGIADOS

### UFRGS cria acesso especial

Em 2016, a Universidade disponibilizará vagas a pessoas em situação de refúgio nos cursos de graduação e pós-graduação, conforme decisão do Consun. A divulgação do edital desse processo seletivo individualizado será realizada tanto pelas vias regulares como também pelos órgãos oficiais de acolhida aos refugiados. Ao candidatar-se, o solicitante deverá preencher um requerimento especial, indicando o curso pretendido conforme as vagas ofertadas no edital. **P7**

## TRANSPACÍFICO

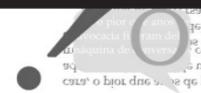
### Consequências do Tratado

Acordo em vias de ser chance-lado, o Tratado Transpacífico pode formar o maior bloco comercial do mundo em termos de população consumidora e cifras. Para o professor de Economia e Relações Internacionais da UFRGS Eduardo Filippi, o documento não mudará o rol das nações detentoras de alta tecnologia que comercializam os produtos com maior valor agregado. Ele acredita que uma nova divisão internacional do trabalho está prestes a ser instaurada no comércio mundial. **P10**

## ROLAND BARTHES

Obra do pensador se mantém atual no ano de seu centenário

P13



## Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto  
Reitor

### Espaços de cooperação

O espaço acadêmico é complexo e revela a missão e a perspectiva da instituição. Vai muito além das salas de aula, dos laboratórios, das bibliotecas e dos locais administrativos e de convivência da comunidade universitária. Esses pontos são essenciais quando se trata de formar pessoas, gerar conhecimento e promover socialização e, neste sentido, a UFRGS também se reconhece como instância de produção e democratização no acesso à cultura.

Ampliando horizontes e estimulando o crescimento da Universidade, desenha-se um novo tempo, no qual se constituem espaços para a colaboração. Interações acadêmicas fazem parte do dia a dia de muitas de nossas unidades, mas existem alguns pontos estratégicos sendo consolidados e que vêm recebendo especial cuidado devido a sua complexidade. No âmbito regional, a consistente presença da UFRGS na Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), para além dos

programas de mobilidade e de cooperação, traz a oportunidade de criação dos primeiros cursos de Duplo Diploma, em nível de graduação, entre instituições sul-americanas. A parceria com a Universidad Nacional del Litoral (UNL), uma das reconhecidas universidades públicas da Argentina, abrirá novas oportunidades para estudantes e também ensinará atividades conjuntas de pesquisa e extensão, relevantes na abordagem dos problemas comuns a ambos os países. O sucesso desse conjunto de iniciativas contribuirá ainda para o estabelecimento do Espaço de Encontro Latino-americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES), proposto na Conferência Regional da Unesco de 2008, da qual a UFRGS também é signatária.

O desenvolvimento de um ambiente acadêmico dos BRICs, bloco dos cinco maiores países emergentes, é outro desafio em pauta. Desde a abertura do Instituto Confúcio, as parcerias com instituições chinesas vêm sendo aprofundadas e, mais

recentemente, a cooperação com a Rússia apoiada. A UFRGS participa da recém-formada Liga de Universidades do BRICs, conjunto de 50 instituições que se propõem a estabelecer uma nova forma de conectar a comunidade acadêmica dessas cinco nações, bem como a criar uma rede mais ampla de instituições de ensino e pesquisa, o que está em fase organizativa.

No contexto nacional, um acordo de cooperação entre UFRGS, UNIFESP e USP na área da pós-graduação reúne três das mais destacadas instituições de pesquisa brasileiras que, com isso, buscam atingir novos patamares de qualidade e de formação em Psiquiatria Translacional do Desenvolvimento. Acreditamos, assim, que constituindo novas parcerias acadêmicas, com vistas a criar oportunidades de formação e de aprimoramento institucional, avançamos no estabelecimento dos laços de cooperação e de articulação, instâncias tão necessárias ao desenvolvimento humano e sustentável.

**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,  
Porto Alegre - RS | CEP 91004-900  
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

**Reitor**  
Carlos Alexandre Netto  
**Vice-reitor**  
Rui Vicente Oppermann  
**Chefe de Gabinete**  
João Roberto Braga de Mello  
**Secretário de Comunicação Social**  
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS  
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497  
Email: jornal@ufrgs.br

**Conselho Editorial**  
Ânia Chala, Cassiano Kuchembecke Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Cezar

**Editor** Flávio Dutra (interino)

**Subeditora** Jacira Cabral da Silveira

**Repórteres** Ânia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

**Projeto gráfico** Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

**Diagramação** Kleiton Semensatto da Costa

**Fotografia** Flávio Dutra (Editor)

**Revisão** Antônio Palm Falcetta

**Bolistas (Jornalismo)**

Antônio Assis Brasil, Iami Gerbase, Igor Porto e João Pedro Teixeira

**Circulação** Cristiane Lipp Heidrich e Juliana Gonçalves Mota

**Fotolitos e impressão** Gráfica da UFRGS

Tiragem 14 mil exemplares

ufrgsnoticias

## Corrida comemora 75 anos da ESEFID

Dia 5/12 (sáb), às 9h30, no Câmpus Olímpico  
Inscrições gratuitas até 2/12  
esportes-prae@ufrgs.br



### Artigo

## 50 anos da Pós-graduação em Agronomia da UFRGS

Os movimentos ou definições para a criação da Pós-graduação no Brasil começaram em 1930, com a reforma de Francisco Campos. A implantação formal, entretanto, só ocorre em 1965, com a defesa do Parecer 977 do Conselho Federal de Educação pelo Conselheiro Relator Newton Sucupira. Nesse mesmo ano, é autorizada pela Capes a criação de 27 cursos de mestrado e 11 de doutorado no país. Entre os mestrados autorizados, destaca-se unicamente na Universidade o Curso de Pós-graduação em Agronomia, nas áreas de concentração Fitotecnia, Solos e Zootecnia. Outras iniciativas da UFRGS na Pós-graduação, anteriores ao parecer Sucupira, somente foram credenciadas em meados da década de 70.

Na Faculdade de Agronomia e Veterinária (FAV), já existia a titulação de doutor e de livre-docente por defesa de tese. Entretanto, a pós-graduação nos moldes atuais somente começa na Universidade com o Mestrado em Agronomia no dia 20 de março de 1965, por força do Convênio MEC/USAID/UFRGS, assinado em 24 de abril de 1963. A USAID contratou a Universidade de Wisconsin para a implantação da Pós-graduação da FAV e da Faculdade de Ciências Econômicas, e a parceria UW/UFRGS

tem início já em agosto do mesmo ano. Em março de 1964, começam a chegar os professores da Universidade de Wisconsin, com destaque para Herbert Bird, John T. Murdock, Paul N. Drolsom, Wayne Kussow, Marvin T. Beatty, Albert E. Ludwick, Lincoln Engelbert, Jesse M. Scholl, Dwayne Rohweder, Don Hargrove, Joel Kemper, Howard Larsen e Robert Roffler, entre outros, que aqui permaneceram por até 10 anos.

A oportunidade para desenvolver o modelo americano de universidade (*Land Grant Colleges*) escolhido pelo governo brasileiro para estabelecer a nossa pós-graduação é vislumbrada por John Murdock, então diretor local do convênio em Porto Alegre. O prof. Murdock relatava que o processo formativo dos estudantes, na grande maioria de origem urbana, não poderia ficar alijado da prática e da experiência de campo. A oportunidade da vivência com o mundo real surgiu em junho de 1966, quando Ibirubá foi escolhido município modelo pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) para um plano de aplicação de crédito rural. Nessa condição, a turma da Pós-graduação em Agronomia é convidada a fazer o diagnóstico, e tiveram a primeira vez a oportunidade de sair para

o campo e conviver com os agricultores e com os problemas reais.

Surge, dessa iniciativa, o Plano Estadual de Melhoramento da Fertilidade do Solo, também chamado de Operação Tatu. Ao final da década de 70, já eram atendidos 84 municípios, mais de 14 mil agricultores e mais de 30 mil hectares recuperados em 10 operações no total. O Curso de Pós-graduação em Agronomia foi responsável pela qualificação dos agricultores e extensionistas da ASCAR, pela realização de mais de 100 mil análises de solos, além da coordenação técnica de um grande número de lavouras demonstrativas e do estabelecimento dos experimentos de calibração para fins de recomendação de fertilizantes e corretivos. Nesta atividade, foram envolvidos os Departamentos de Fitotecnia, Solos e Economia, e dessa iniciativa resultaram a Rede Oficial de Laboratórios de Análises de Solos, as recomendações de adubação e calagem, e um grande volume de pesquisa local e de recursos humanos formados. Estas condições foram preponderantes para alterar definitivamente os padrões de produtividade da agricultura gaúcha, incorporar terras degradadas ao processo produtivo e melhorar a qualidade de vida dos agricultores. A Operação Tatu deu

sentido prático à formação acadêmica e foi a amálgama de vários anseios que determinaram o que a agricultura gaúcha e os programas de pós-graduação da Faculdade de Agronomia são na atualidade.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão foram o fator-chave para a consolidação do Curso de Pós-graduação da Agronomia. Com a evolução do mestrado, surge o doutorado em 1987 e em 1999 ocorre a separação em Programas de Pós-graduação em Fitotecnia, Solos e Zootecnia. Esses programas também foram preponderantes para o estabelecimento dos novos departamentos da Faculdade de Agronomia e para a evolução de um novo padrão de pesquisa agrícola, interagindo diretamente com a graduação, resultando num modelo moderno de extensão. Nestes 50 anos, foram produzidas quase 4 mil dissertações e teses e formado igual número de profissionais que disseminaram pelo estado, pelo país e por algumas nações o espírito *wisconsiniano* de trabalho e o rigor científico, tendo sempre um pé na realidade do campo.

**Pedro Alberto Selbach e Carlos Alberto Bissani**  
Diretor e Vice-diretor da Faculdade de Agronomia

GUSTAVO DIEHL/JU



Os usuários da BSCSH, reaberta no dia 12, não têm acesso às estantes, pois muitas obras ainda não foram classificadas ou estão em caixas

Patrimônio

## Reinaugurada biblioteca no Câmpus do Vale

O acervo de quase duzentas mil obras da Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades (BSCSH), no Câmpus do Vale, está novamente à disposição para consulta em sua casa original. Depois de ter seu funcionamento interrompido em janeiro de 2014, devido a um alagamento, a maior biblioteca do sistema da UFRGS em número de volumes e uma das duas maiores em número de empréstimos foi reinaugurada no dia 12 de novembro, com a realização de cerimônia especial.

Para a sua restauração, foram realizadas forças-tarefas que contaram com trabalhadores de outras bibliotecas e de diferentes setores para viabilizar a higienização, a disponibilização e o armazenamento dos livros. O ILEA abrigou a biblioteca provisoriamente para que o serviço funcionasse.

De acordo com o reitor, Carlos Alexandre Neto, a reforma custou aproximadamente R\$ 2,5 milhões e foi realizada de maneira o mais ágil possível a partir de serviços já licitados e da

utilização das ações de manutenção que a Universidade dispõe. Todo o mobiliário, as divisórias, as prateleiras foram substituídos por novos. A BSCSH ganhou ainda um grande conjunto de arquivos deslizantes que poupam 60% de espaço para acomodação dos livros.

**Material danificado** – O alagamento de janeiro de 2014 foi motivado por um cano estourado de um bebedouro no andar acima da biblioteca e comprometeu cerca de 10 mil livros. Para ganhar tempo para recuperar e manter os volumes, a biblioteca congelou o acervo, de modo que pudesse fazer paulatinamente a limpeza das obras, descongelando-as em lotes. Ao todo, cerca de cinco mil livros foram considerados irreparáveis e incluídos nos pedidos para compra. A outra metade, formada em boa parte por acervo mais raro relativo à coleção *Rio Grande do Sul*, que inclui publicações de edições limitadas e de difícil reposição, passará ainda por tratamento.

O serviço de atendimento da biblioteca funcio-

na atualmente das 8h às 20h. Os usuários não têm acesso direto às estantes dos livros, em função de nem todos terem sido ainda classificados e haver muitos guardados em caixas de papelão. Para retirar um volume, é necessário solicitá-lo junto ao balcão de atendimento, na entrada da biblioteca. Quem frequenta o espaço conta com uma sala de leitura individual e outras para trabalhos em grupo.

Na fase atual, equipes trabalham para retornar às estantes o acervo que foi colocado em três mil caixas durante a reforma. A expectativa é de que o funcionamento na biblioteca seja completamente reestabelecido em alguns meses. No local, a reforma incluiu a troca do piso, a pintura do teto de cor branca para dar mais luminosidade ao espaço, os serviços de reparo na rede elétrica e a instalação de estantes deslizantes para aumentar espaço entre os corredores e promover mais acessibilidade, além da renovação quase completa do mobiliário, com a aquisição de novos conjuntos de cadeiras e mesas para o local.

Tecnologia

## UFRGS em dispositivos móveis

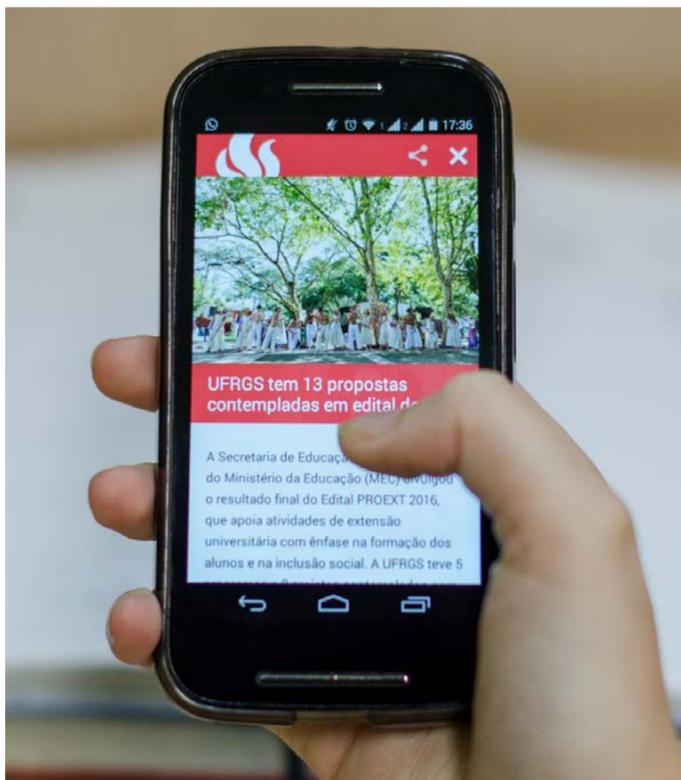
Desde o final de agosto, a comunidade universitária pode acessar notícias, consultar o cardápio dos Restaurantes Universitários e renovar os empréstimos de livros pelo aplicativo *UFRGS mobile*. A novidade está disponível para usuários de smartphones Android e pode ser baixada pela Play Store: [bit.ly/UFRGSmobile](http://bit.ly/UFRGSmobile). A versão para iOS, sistema operacional utilizado nos aparelhos Apple, está em fase final de desenvolvimento e deverá ser disponibilizada em breve.

Mais recentemente, em outubro, foi lançado outro aplicativo que permite ao usuário buscar os espaços da Universidade. O app *UFRGS Mapas* dá também informações sobre os prédios, como endereço, telefone e, nas próximas atualizações, as fotos das fachadas. A localização dos prédios pode ser vista em mapa com imagem via satélite ou buscada em aplicativos que utilizem sistema GPS, como Waze ou Google Maps. Há ainda a possibilidade da escolha dos prédios favoritos, para facilitar a navegação.

O lançamento dos aplicativos é fruto de uma parceria entre a Secretaria de Comunicação Social (Secom) e o Centro de Processamento de Dados (CPD). A ferramenta oferece aos usuários uma experiência mais confortável ao utilizar os serviços da Universidade, já que as informações podem ser acessadas com maior agilidade pelo aplicativo, se comparado ao navegador do celular. Além disso, as tecnologias empregadas para dispositivos móveis possibilitam a criação de um sistema leve, mais adequado para acesso por conexões 3G.

Nos próximos meses, outras novidades estão sendo pensadas, como um aplicativo para o vestibular, com os dados de inscrição e de provas – densidade, gabaritos e listão. Visando facilitar o trabalho dos professores em sala de aula, está em desenvolvimento também um aplicativo de controle de faltas, que poderá ser usado pelo docente para registrar a frequência dos alunos via celular.

RAMON MOSER/JU



Conhecendo a UFRGS

### Ajuda a imigrantes e refugiados

O Brasil é um dos principais destinos para povos que precisam de melhores oportunidades, e, com os conflitos políticos, religiosos e sociais que têm acontecido no Oriente Médio, essa situação se intensifica ainda mais. Estima-se que existam mais de 59 milhões de refugiados no mundo inteiro, sendo que, deste total, 7.300 estão legalizados no Brasil. A maioria vem de países como Síria, Afeganistão e Somália, e muitos são alvo de xenofobia. Dentro desse contexto, surgiu o Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados (GAIRE).

Localizado na Faculdade de Direito da UFRGS, o GAIRE é um dos dezoito grupos que compõem o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) e o tema do Conhecendo a UFRGS deste mês. Formado por estudantes e profissionais voluntários de diversas áreas, ele atua juntamente com órgãos públicos e a comunidade para combater o preconceito, planejar políticas públicas e auxiliar na inserção dos estrangeiros na sociedade.

Por ser um projeto de extensão, os voluntários procuram estar sempre atentos à realidade dos imigrantes. No bairro Sarandi, por exemplo, são realizadas quinzenalmente pesquisas sobre o território, oficinas de elaboração de currículos e aulas sobre a cultura gaúcha, brasileira e estrangeira, majoritariamente haitiana. Este ano, o GAIRE venceu o Edital do Ministério da Educação de Fomento à Extensão, o PROEXT, e garantiu uma maior facilidade para o ingresso de refugiados na UFRGS.

Nos voluntários são selecionados para integrar o Grupo a cada semestre e todas as áreas do conhecimento são bem-vindas. Para Marina Scomazzon, voluntária e estudante de Relações Internacionais, a imigração traz crescimento e desenvolvimento para a nossa cultura: “Como um país que vem emergindo no cenário internacional, o Brasil tem o dever de se colocar como uma nação que fomenta o direito de migrar”.

Estela Baggio e Felipe Goldenberg,  
alunos de Jornalismo da Fabico

Assista ao programa

Conhecendo a UFRGS vai  
ao ar no dia 17 de novembro,  
às 18h e às 23h, na UNITV,  
canal 15 da NET POA.



# As fronteiras da atenção à saúde

Ricardo Zaslavsky\*

O ponto de partida desse texto é a vivência profissional na área da saúde na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. De acordo com o IBGE, o Brasil possui 15.719 km que fazem divisa com 10 países da América do Sul. A Lei Federal n.º 6.634 de 1979 regulamenta a faixa de fronteira como sendo uma área que se estende paralelamente à linha para dentro do território por 150 km. Assim, considerando a atenção à saúde no contexto limítrofe do Brasil com outros países da América Latina, algumas perguntas são importantes: quais as peculiaridades da assistência à saúde em municípios localizados nesta região do Brasil?, qual o impacto da localização fronteiriça nos mais diversos aspectos do sistema local de saúde como o financiamento, a quantidade e a formação de recursos humanos ou o controle de doenças endêmicas?

O Ministério da Saúde possui um método de repasse financeiro aos municípios por meio de blocos de financiamento de acordo com os serviços oferecidos pelo setor da saúde. Esse modelo possui como critério básico a população do município, de acordo com o último censo e com a projeção de crescimento populacional feita pelo IBGE. É sabido que, ao longo de toda essa faixa-limite, existe um número considerável de brasileiros que mora no país vizinho, imediatamente do outro lado da fronteira. Também sabemos que eles são usuários, principalmente, do sistema de saúde brasileiro e que, para fins de repasse financeiro do Ministério da Saúde, sua existência é raramente considerada e apenas em projetos pontuais. Os dados não são precisos a respeito do tamanho dessa população. Dependendo da fonte, o número de “brasiguaios” (brasileiros natos moradores no Paraguai) está entre 80 mil e 400 mil (há relatos de até um milhão de pessoas), sendo a quase totalidade usuária dos serviços de saúde das cidades brasileiras de fronteira. Além disso, também há conhecimento de estrangeiros que usam o sistema brasileiro de saúde, seja para consultas ou outros tipos de procedimentos de média e alta complexidade, contribuindo para o subfinanciamento e a sobrecarga dos sistemas locais.

Pesquisa publicada nos *Cadernos de Saúde Pública*, em 2007, entrevistou secretários de saúde e trabalhadores do setor em todas as cidades fronteiriças dos três estados do sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul, e mostrou que muitos desses administradores e profissionais fazem um discurso de acessibilidade dessas pessoas aos serviços de saúde, mas exercem uma prática restritiva. A maior parte dos brasiguaios e estrangeiros sabe que, se sua condição de morador no exterior for revelada, provavelmente as portas do atendimento à saúde se fecharão para eles. Assim, para garantir o atendimento, muitas vezes, brasiguaios e estrangeiros procuram subterfúgios como dar endereços de amigos e parentes do lado brasileiro ou até outras formas ilícitas de se vincular a algum endereço local. São diversas as explicações da mobilidade transfronteiriça nessa região. Entre elas, consideram-se o acesso universal à saúde no Brasil (o que não é uma realidade nos demais países da Tríplice Fronteira) e, ainda que existam muitas dificuldades no Sistema Único de Saúde (SUS), a sua maior qualidade e organização.

No âmbito do planejamento das ações na área, o fato de brasiguaios e estrangeiros



Trânsito de pessoas em países do Mercosul, como na ponte da Amizade, devem ser repensados quanto a questões de saúde pública

não poderem revelar sua real condição faz com que mensurar essa população seja um desafio e, portanto, torna-se tarefa quase impossível levar números fidedignos desses atendimentos ao Ministério da Saúde para fins de repasses diferenciados.

Tomando um exemplo específico, no Brasil, a mudança do modelo de Atenção Primária à Saúde, da atenção básica tradicional para a Estratégia de Saúde da Família (ESF) vem trazendo importantes melhorias às condições de saúde das pessoas. Essa estratégia possui critérios mais rigorosos de territorialização; paradoxalmente, quanto maior for a cobertura territorial da ESF em uma cidade de fronteira, portanto, menor será o acesso de brasiguaios e estrangeiros à saúde nessas localidades. E esse fato pode levantar um dilema ético: se, por um lado, há uma sobrecarga do sistema local e o subfinanciamento dessas cidades, por outro, tentar resolver essa questão apenas aumentando o rigor das ações restritivas pode deixar centenas sem atendimento pré-natal, sem antirretrovirais para tratamento da infecção por HIV, sem acesso a cirurgias ou tratamento para tuberculose, hanseníase e outras doenças endêmicas na faixa de fronteira.

O Brasil é um dos membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai, Venezuela e Uruguai e que tem como objetivo, entre outros, a integração entre esses países para fins de crescimento econômico e desenvolvimento regional. Enquanto iniciativa de integração econômica e de ampliação de mercados, o Mercosul vem avançando desde a sua criação. Enquanto iniciativa de integração social com garantias de direitos iguais aos cidadãos desses países, contudo, o bloco econômico ainda tem muito a avançar. Como é possível que se pense a integração econômica entre países sem debater e

formular políticas para reduzir as disparidades de recursos ao longo da fronteira? Comparando o bloco econômico latino-americano com a União Europeia, existem muitas pesquisas no velho continente a respeito das características dessa mobilidade transfronteiriça de pessoas em busca de atenção à saúde, e são, igualmente, abundantes as parcerias para atendimento à saúde da população. É possível que a menor disparidade social entre as nações da Europa Ocidental faça

## Brasiguaios e estrangeiros temem perder a atenção à saúde se for revelada sua condição de morador do exterior

com que as pessoas usem mais os serviços de saúde locais, onerando menos o país vizinho. E, quando há esse uso, são muitas as iniciativas de repasse de verbas entre as nações que tiveram seus cidadãos atendidos em outros países. Além disso, esse trânsito está mais relacionado à busca de serviços inexistentes em sua terra natal do que à procura de qualidade para atendimentos rotineiros à saúde.

A localização não deve ser considerada o único fator responsável pelas dificuldades enfrentadas pela saúde pública em municípios de fronteira. O gestor das cidades dessa faixa não pode responsabilizar a

geografia por todas as dificuldades nem se eximir do papel de encontrar saídas criativas para problemas complexos típicos dessa região.

Morar e trabalhar na fronteira é um convite ao cosmopolitismo. As profícuas interações sociais, comerciais, culturais e econômicas que ocorrem nessa região existem independentemente da existência de leis que as regulamentem. Assim, as cidades de fronteira têm a vocação nata para ser um laboratório das futuras políticas de integração regional, pois, em termos de entendimento entre os povos, antes da formalização dos tratados internacionais, tudo já aconteceu lá primeiro.

As fronteiras epidemiológicas não se restringem aos limites políticos. Dificilmente as ações em saúde – por exemplo, no combate a doenças infecciosas – de um desses municípios terão grande êxito se não levarem em conta a realidade da cidade do outro lado da fronteira. Para conhecer melhor o contexto dessa região, precisamos implantar rotinas de coletas sistematizadas de dados. Mas, para isso, as pessoas não podem ter medo de assumir de onde vêm. E essa transparência só surge com uma integração que considere as necessidades humanas.

O Brasil precisa reconhecer as particularidades dessa faixa territorial e investir mais na qualidade da atenção à saúde lá, o que implicaria minimizar a visão predominantemente econômica da parceria entre os países do Mercosul e reconhecer a fronteira não apenas enquanto componente da segurança nacional, como enfatiza a Lei 6.634, mas como ponto estratégico de uma integração humanizada.

\* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da UFRGS

# O perigo está na nossa cabeça

## Bicicletas

### Projeto que torna obrigatório o uso de capacetes enfrenta resistência de cicloativistas

Leis que obrigam ciclistas a usar capacetes podem trazer mais danos do que os traumas que o equipamento seria capaz de evitar. É o que defende o dinamarquês Mikael Colville-Andersen em 15 minutos de fala no TEDx Talk Copenhague de 2010, um vídeo com cerca de 200 mil visualizações no Youtube, com o título um pouco mais espetacular do que o ponto de vista que ele realmente defende: *Why We Shouldn't Bike with Helmet? (Por que não Devemos Pedalar de Capacete?)*.

Mikael é CEO da Copenhagenize, empresa de design urbano que presta consultoria sobre o planejamento de uma "Cultura da Bicicleta 2.0". Conhecido como 'embaixador da bicicleta do país', mantém também um blog onde, com artigos, pesquisas e textos de convidados, reafirma a ideia central de sua fala de cinco anos atrás. Ele defende que o incentivo ao uso do capacete criaria um medo irreal dos perigos de pedalar, o que diminuiria o número de ciclistas. Enquanto isso, o uso da bicicleta, mesmo sem capacete, traria mais benefícios do que riscos à saúde.

Assim como Mikael, Thomas Krag é dinamarquês e consultor de estratégias urbanas, além de ex-presidente da Federação Dina-

marquesa de Ciclistas. Por Skype, ele conta que pedala diariamente e não costuma usar capacete, salvo quando participa de competições de ciclismo ou quando há gelo e neve nas ruas. "É uma questão de como você se sente", afirma, "e eu não gosto de ter que usar o capacete só porque quero andar de bicicleta, pois acho que pedalar deveria ser algo normal e não muito difícil."

Conforme Thomas, mesmo na Dinamarca está presente a ideia de que a bicicleta é um meio de transporte perigoso, e ele luta para mostrar que não é. "O ganho em saúde ao andar de bicicleta é 10 a 20 vezes maior que o impacto negativo da poluição e dos acidentes", ressalta. De fato, estudos mostram que, mesmo nas cidades menos adaptadas à cultura da bicicleta, os ganhos em qualidade de vida ao se pedalar diariamente superam os riscos de acidentes, com ciclistas aumentando em até três anos a expectativa de vida. Quanto à poluição, outros estudos em grandes cidades afirmam que motoristas estão expostos a uma maior quantidade de poluentes do que ciclistas.

A partir do fim dos anos 80, houve uma grande campanha mundial para o uso dos capacetes, o que resultou em leis que obrigam à utilização do equipamento pelos ciclistas urbanos na Nova Zelândia, Austrália e cidades e estados no Canadá e Estados Unidos, além de outros países que passaram a exigir capacetes para crianças. A Fundação de Pesquisa sobre Capacete para Bicicleta (BHRE, na sigla em inglês) tem em seu site ([cyclehelmets.org](http://cyclehelmets.org)) diversos artigos com pesquisas que afirmam que, nas cidades em que foram aplicadas as leis, houve uma diminuição de até 60% no número de ciclistas.

O professor Piet De Jong, do departamento de Finanças Aplicadas da Universidade Macquarie, de Sidney, colocou no papel o impacto que essas leis tiveram no sistema de saúde australiano. Comparando a economia decorrente da diminuição das internações por batidas de cabeça com os custos consequentes do sedentarismo causados pelo menor uso da bicicleta, chegou-se à conclusão de que as leis que obrigam ao uso do capacete produzem um prejuízo de meio bilhão de dólares ao ano. Ele disponibilizou as suas planilhas online e, modificando as variáveis, a conclusão é que leis semelhantes nos EUA trariam um custo de 4,75 bilhões de dólares.

Quando se aumenta a quantidade de ciclistas nas ruas, o índice de acidentes por ciclista diminui consideravelmente, inclusive com casos em que mesmo o número absoluto de acidentes decresce. Não há consenso quanto às causas, mas o mais provável é que o hábito de conviver com essa modalidade de transporte faça com que os motoristas redobrem a atenção e cuidem mais dos seus usuários. Para Thomas, em Copenhague, "todos estão acostumados a ver ciclistas, especialmente nas principais ruas. O maior número de bicicletas acarreta maior segurança, no sentido de que os motoristas cuidam mais para não bater".

**No Brasil** – O Código Brasileiro de Trânsito não propõe a obrigatoriedade do uso de capacete. Os ciclistas devem ter campainha, espelho e sinalização noturna. Há um projeto de lei, no entanto, que pretende mudar essa situação. O PL-3773 – anexado ao PL-3772 – de 2012, de autoria do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), foi desarquivado

e aprovado em agosto deste ano na Comissão de Viação e Transporte da Câmara. Ele prevê que usuários de bicicleta, assim como de skate, patinete e patins, utilizem capacete em vias públicas.

O deputado diz que sempre obrigou seus filhos a utilizarem o capacete por medida de segurança. Para ele, o foco do projeto são os jovens e as crianças. "Dados do Hospital Infantil de Winsconsin apontam que acidentes fatais envolvendo crianças e adolescentes poderiam ser evitados em 75%, e o uso do capacete reduziria os danos cerebrais em 88%." Outro número apresentado por Onyx é o de internações de crianças no estado de Ontário, no Canadá, que caiu em cerca de 55% depois da lei que, em 1996, obrigou menores de idade a utilizarem capacetes. Segundo o site da BHRE, contudo, há problemas metodológicos nesses estudos.

Onyx explica que não tem a intenção de reduzir o uso do veículo, sendo inclusive a favor da construção de mais ciclovias e da restrição do acesso de carros ao centro das cidades. Para evitar que a aprovação resulte em queda no uso da bicicleta, sugere que, ao passar pelo Senado, o projeto possa ser rediscutido e flexibilizado para que maiores de idade tenham direito de decidir se vão ou não utilizar o acessório.

Professor da Bioquímica da UFRGS, Luis Walmor Portela trabalha com modelos animais de traumas cranioencefálicos. Apesar de pedalar há mais de 20 anos sem nunca ter sofrido um acidente, conta que sempre utiliza o capacete e entende que quem pedala sem o acessório está se expondo a um risco desnecessário. "O que me leva a usar são as coisas que estudei, que eu vi. Tenho confiança que minha

cabeça vai ficar legal." Ainda assim, é reticente em relação à obrigação. Para ele, o ideal seria que as pessoas o utilizassem convencidas pelos estudos, e não coagidas por uma lei.

O cicloativista e vereador de Porto Alegre Marcelo Sgarbossa (PT) também usa capacete quando pedala e afirma que, embora não se sinta ameaçado por utilizar a bicicleta, sente que há um risco inerente à atividade. Ainda assim, se posiciona contra o projeto, por entender que isso inverte a lógica, colocando a vítima do atropelamento, o ciclista, como culpado de uma possível lesão por não estar utilizando o equipamento. Acredita que deveria se começar reduzindo a velocidade e punindo com mais rigor motoristas infratores, o que criaria aos poucos uma conscientização de que são eles que têm a arma na mão. Ao mesmo tempo, a criação nas cidades de uma cultura da bicicleta, com a construção de ciclovias e campanhas que influenciem o uso, amplia o número de ciclistas e, consequentemente, a segurança deles.

Apontado por Marcelo como um dentre os fatores que causaram aumento considerável no número de ciclistas em Porto Alegre nos últimos anos, o BikePoA, assim como outros programas de aluguel e compartilhamento de bicicletas pelo país, possivelmente perderia uma parcela significativa dos adeptos com a obrigação do uso do capacete. Pelo mundo, capitais tidas como modelo nesses programas – Paris, Dublin e Londres – não têm qualquer lei que obrigue ao uso (e a Cidade do México aboliu o capacete obrigatório para a implantação do sistema). Enquanto isso, em cidades na Austrália, os programas têm baixa adesão devido às leis.

Marcelo aponta que é difícil convencer as pessoas a saírem de casa já com seu capacete para pegar a bicicleta na estação. Ao mesmo tempo, um capacete descartável não seria eficiente, como já não são os mais baratos vendidos em lojas. Um capacete seguro também deve ser muito bem ajustado ao tamanho da cabeça do usuário. Assim, o compartilhamento do item teria problemas na confiabilidade dele, além das questões de higiene decorrentes do uso de um capacete por diversas pessoas. No Brasil obviamente não temos nenhuma cidade comparável às holandesas ou dinamarquesas em relação à segurança oferecida aos ciclistas. Mas, segundo Thomas Krag, há poucas décadas, mesmo Copenhague não era como hoje, com muito menos ciclistas nas ruas e, ainda assim, mais acidentes. O que tornou a capital segura não passa pelo uso de capacetes, que segue abaixo dos 25%, o que deixa o dinamarquês cético quanto a esse tipo de política: "Cada um decidir se deve usar o capacete, eu acho ok. Mas as autoridades dizerem o quão importante é o uso, e até leis, o resultado tende a não ser bom".

Antônio Assis Brasil, aluno do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico



A falta de uma cultura de respeito ao ciclista incrementa polêmica sobre a necessidade de legislação que obrigue ao uso do capacete



# Criar com liberdade

**Escolinha de Arte** Universidade abrigou durante 50 anos experiência pedagógica inovadora que marcou o ensino de artes, engajando-se em movimento nacional pela livre expressão

Jacira Cabral da Silveira

Se você for desafiado a desenhar uma paisagem e fazer uma árvore, com montanhas ao fundo e um sol entre nuvens na parte superior da folha de papel, o seu problema não é falta de talento, e sim que o seu desenvolvimento plástico ficou congelado na fase esquemática, o que geralmente ocorre quando a criança ingressa na escola.

Todo início de semestre, quando a professora de pintura do Instituto de Artes da UFRGS Marilice Corona recepciona seus alunos, é recorrente virem à tona questões como criatividade e talento. Nessas ocasiões, ela costuma lembrar a experiência da Escolinha de Arte da UFRGS, criada em 1960 no Instituto de Artes (IA) por iniciativa da Associação Cultural dos Ex-alunos e que por muitos anos serviu de espaço de estágio: “Tento mostrar a eles que essa coisa do talento é discutível, meio mito, e que se toda criança fosse estimulada chegaríamos a um ponto razoável do desenho e da expressão plástica”.

Para ilustrar seu argumento junto aos alunos, ela própria desenha: uma casinha próxima a uma árvore, ambas sobre um chão coberto de grama e no céu um sol risonho, cercado de nuvens azuis. E conclui: “Quando a pessoa entra na escola, todo o desenvolvimento corporal e plástico fica meio que amputado em prol do desenvolvimento lógico-verbal e escrito.

Então, aquilo que vinha sendo uma expressão fundamental para a criança conhecer o mundo e se expressar fica congelado ali”.

**Escolinha de Arte** – A diversidade de elementos gráficos no desenho que ilustra essa matéria se contrapõe àquele tracejado pela professora Marilice à sua turma de pintura. Ele faz parte da exposição *Memórias da Expressão*, montada na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, no IA, com visita até o dia três de dezembro. A mostra é parte do acervo que reúne os mais de 15 mil trabalhos produzidos por crianças e adolescentes que frequentaram a Escolinha de Arte da UFRGS entre os anos de 1960 e 2011.

Encabeçada pela professora de desenho Alice Soares, a Escolinha foi concebida dentro do ideário do Movimento das Escolinhas de Arte do Brasil, desencadeado pelas iniciativas do artista e professor Augusto Rodrigues no final dos anos 40, no Rio de Janeiro. Durante viagem com ex-alunos à capital carioca, Alice foi apresentada ao artista, conhecendo assim a primeira escolinha do gênero no país: “Ele abriu esse espaço depois de muito conversar com outros artistas sobre a necessidade da criação de um local no qual a criança pudesse criar de forma livre, espontânea, baseada no respeito do adulto para com a livre movimentação da criança”, relata Maria Lúcia Varnieri, professora da Escolinha de Arte da UFRGS de 1973 a 2004.

Essa proposta, que acabou se transformando em importante re-

ferência para o desenvolvimento da arte-educação no Brasil, foi desencadeada quando Augusto visitou uma exposição recém-chegada ao Rio de Janeiro, proveniente da Inglaterra, durante a Segunda Guerra Mundial, em 1941. Segundo Maria Lúcia, ele ficou impactado com as pinturas produzidas por crianças inglesas em pleno ambiente bélico, que, mesmo naquela situação, conseguiam retratar a infância, sem a interferência da visão do adulto. Como o acompanhasse à visita o filho de um amigo que disse saber fazer o mesmo, Augusto perguntou ao garoto: “Mas por que você não faz?”. Então o artista se deu conta do quanto a escola brasileira não proporcionava um espaço favorável à criação e expressão infanto-juvenil.

**A ideia principal era criar um ambiente acolhedor para o aluno**

**O trabalho** – Aos onze anos de idade, Marilice foi aluna da Escolinha de Arte da UFRGS. Filha e neta de artistas, as conversas em casa frequentemente giravam em torno da expressão artística, e tanto ela como seu irmão foram incentivados a frequentar esse espaço na

Universidade. Até hoje ela recorda como era especial chegar ao IA, entrar por uma das portas do elevador no térreo, subir até o quarto andar e descer pela outra porta, tendo ainda que subir uma escada para chegar a um terraço adaptado para o ateliê, no prédio anexo ao Instituto. “Chegar lá era mágico”, conta. Seu avô, Fernando Corona, planejara a reforma: “Quando tu entravas lá, era completamente diferente do que encontravas em uma escola [formal]. Os tanques eram baixinhos, o banheiro era para criança, tudo adaptado para o tamanho da gente”.

Frequentavam a escolinha crianças a partir dos três anos de idade até adolescentes prestes a fazer o vestibular, em turmas divididas por faixa etária. As aulas aconteciam de uma a duas vezes por semana com duas horas de duração. Cada grupo tinha em média 12 crianças, podendo chegar a 20 alunos, caso adolescentes. Todos os professores, em torno de dez, eram ex-alunos e possuíam o curso de Arte-Educação provido pelo Projeto Escolinha de Arte da UFRGS, fruto de convênio realizado com a Universidade em 1972, cabendo à Escolinha ministrar o curso de Arte-Educação, com a duração de um semestre letivo, para alunos de Música, Artes Cênicas e Artes Visuais. Em contrapartida, a Universidade garantia o espaço físico e uma pequena verba para auxiliar na compra de material.

Após 34 anos de atividade no IA, a Escolinha transferiu-se para a Escola Técnica, onde permaneceu

até seu fechamento, em 2011, pouco depois do falecimento da professora Iara de Mattos Rodrigues, que durante anos foi diretora do espaço e o único elo institucional da Escolinha com a Universidade, por ser professora do IA. Para Marilice, que também é coordenadora da Pinacoteca Santo Ângelo e curadora da exposição *Memórias da Expressão*, o fechamento da Escolinha foi uma perda irreparável, devido ao seu duplo papel pedagógico, servindo de laboratório tanto para a livre expressão das crianças e jovens como para os alunos de licenciatura que tinham a oportunidade de vivenciar o processo de desenvolvimento infantil, assim como inteirar-se do ideário do Movimento da Escolinha de Arte.

**Fórum** – Como forma de resgatar a história da Escolinha e “reacender o debate em torno de seu significado para o campo da Educação”, conforme destaca Marilice, além da exposição, foi realizado no início de novembro um seminário e o V Fórum de Projetos de Ensino em Artes Visuais. Durante este evento, foram apresentados os trabalhos de conclusão de 80 alunos de licenciatura de Artes da UFRGS e da UERGS.

De acordo com a professora Paola Zordan, responsável pelos estágios em Artes na Universidade durante mais de cinco anos e uma das responsáveis pelo Fórum, o objetivo da realização desse encontro foi dar visibilidade à formação do ensino de artes. “As bancas dos bacharelados são muito concorridas, mas os licenciados têm um trabalho enorme de pesquisa para desenvolver seus projetos em sala de aula e também precisam de reconhecimento”. Celso Vitelli, professor de desenho no Instituto de Artes e um dos encarregados pelo seminário, comenta o crescimento do interesse pelo ensino de Artes nos últimos anos: “Muitos bacharéis voltam para fazer licenciatura”.

Envolvida com o Fórum desde a sua primeira edição, Paola assegura que a deste ano foi diferente porque os alunos apresentaram seus trabalhos no ambiente criado pela mostra *Memórias da Expressão*, dentro de um clima de resgate do trabalho desenvolvido no espaço de Arte criado pela Associação Cultural dos Ex-alunos. “Foi uma maneira de trazer o estudante para ver a exposição, porque a Escolinha de Arte é parte fundamental da história do ensino de arte”.

Recordando o movimento nacional das escolinhas, especialmente a experiência da UFRGS, Maria Lucia diz que o objetivo ainda está para ser atingido: “Nós queremos – através desse cuidado com a criança – a construção de uma paz social e de uma saúde do planeta. Isso está embutido na essência do trabalho da arte-educação”.

REPRODUÇÃO



Além do trabalho em prol da espontaneidade da criança, a Escolinha de Arte também cumpriu papel fundamental como espaço para estágio

# Acesso para refugiados

TALAL AL-TINAWI/ACERVO PESSOAL



Enquanto não consegue reconhecer seu diploma no Brasil, engenheiro sírio e esposa sustentam a família fazendo pratos típicos de seu país

## Solidariedade A partir de 2016, UFRGS disponibilizará vagas a pessoas em situação de refúgio

Jacira Cabral da Silveira

Quando, em março deste ano, foi publicada no site da UFRGS a notícia de que a Universidade estava desenvolvendo um programa especial de ingresso para pessoas em situação de refúgio, a Secretaria de Relações Internacionais passou a receber pessoas interessadas e mensagens eletrônicas buscando informações, especialmente de haitianos. Com base nesses registros e na crescente chegada de estrangeiros ao Brasil, a expectativa é de que esses contatos se ampliem significativamente. No início de outubro, o Conselho Universitário (Consun) emitiu a Decisão número 366/2015, oficializando o programa de ingresso de pessoas em situação de refúgio nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade.

De acordo com o presidente do Conselho Nacional para os Refugiados (Conare), Beto Vasconcelos, o maior número de solicitantes e de refugiados no Brasil concentra-se nas regiões sul (35%) e sudeste (31%). Nos últimos quatro anos, o país registrou uma alta de mais de 50% do número de refugiados, passando de 4.218 em 2011 para 8.503 em 2015. Daqueles que já são reco-

nhecidos, a maior parcela tem idade entre 18 e 39 anos (65,62%), embora não existam dados mais específicos quanto à escolaridade.

Depois dos sírios, que hoje já são 2.077 no país, o segundo maior número de refugiados é de angolanos, 1.480, totalizando 81 nacionalidades distintas. Para Vasconcelos, “nosso desafio é ampliar a rede de acolhimento e assistência aos refugiados no país, tanto na relação com estados e municípios como em novas parcerias com a sociedade civil”, comentou em entrevista ao Brasil Post em setembro passado.

**Retorno à normalidade** – “Voltar aos estudos representa retomar um plano de vida que eles já tiveram em seus países de origem; significa retornar àquilo que lhes foi tirado abruptamente”, avalia Renata Campiello, estudante do sexto semestre de Direito da UFRGS e membro do Grupo de Assessoria a Imigrantes e a Refugiados

(Gaire), vinculado ao Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU). “Mas não são apenas projetos de se formar, essas pessoas querem voltar a estudar para ter uma carreira e poder contribuir para a sociedade que os recebeu”, argumenta com base nos relatos de solicitantes de refúgio e migrantes que procuram o Gaire para ajudá-los, especialmente em casos de acesso a políticas de saúde e de ensino.

“A estrutura burocrática brasileira é pouco imaginativa; parte do princípio de que todo mundo tem os mesmos documentos, com as mesmas validades e o mesmo idioma”, comenta a estudante, lembrando dois casos típicos que chegaram ao Gaire. O primeiro refere-se a um casal de refugiados que não conseguia matricular seus filhos em uma escola pública, pois se recusavam a aceitar como documento legítimo o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE). O segundo caso partiu de um

refugiado formado em Medicina e que, mesmo já tendo o Revalida (Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira), estava enfrentando problemas junto ao Conselho de Medicina do estado, que não aceitava o tipo de visto que ele portava.

**Ingresso** – Uma das principais dificuldades de acolhimento das pessoas em situação de refúgio no Brasil é a emissão da documentação por parte do Conare, que pode levar mais de um ano. Conforme assessores do Gaire, a solicitação de ingresso em um dos cursos da UFRGS prevê não só essa comprovação da condição de refugiado, como também a apresentação do protocolo de solicitação de refúgio, de acordo com os procedimentos que regulamentam a Lei 9.474/07. Outro documento exigido é de escolaridade do ensino médio ou

seu equivalente. Caso não haja essa documentação, entretanto, será permitida a comprovação por outros meios de prova.

Ao candidatar-se a um dos cursos de graduação da UFRGS, num processo seletivo individualizado, o solicitante deverá preencher um requerimento especial, indicando o curso pretendido com base nas vagas disponibilizadas no respectivo edital. Caberá à Pró-reitoria de Graduação consultar as comissões de graduação dos diferentes cursos quanto à destinação de vagas. Segundo o pró-reitor Sérgio Franco, a metodologia desse processo ainda está em discussão, mas ele acredita que não serão oferecidas apenas as chamadas vagas ociosas, resultantes das evasões dos cursos, mas que caberá a cada unidade disponibilizar as vagas que achar possíveis. “A ideia é que em 2016 entrem os primeiros alunos por essa via”, projeta.

**Curso de português** – Para Eduardo Scarparo, professor do curso de Direito da Universidade e membro da comissão montada em 2014 para estudar uma proposta que viabilizasse o ingresso de pessoas em situação de refúgio, a resolução se destaca por sua abrangência: “Tentamos ampliar não só para refugiados políticos – como prevê a maioria das resoluções das demais universidades federais consultadas –, mas também para situações de refúgio que podem incluir pessoas perseguidas em razão de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a grupo social ou opinião política, assim como os portadores de vistos humanitários”.

Quanto ao idioma, àqueles que não possuem conhecimento da língua portuguesa serão ofertados gratuitamente dois semestres no Programa Português para Estrangeiros. Caso o migrante já tenha domínio da língua, deverá apresentar certificação de proficiência Celp-Bras. A resolução também é extensiva a ingresso nos cursos de pós-graduação stricto sensu, cabendo a cada programa estabelecer os critérios do processo seletivo.

## Antes de voltar a estudar

Talal Al-tinawi, 43 anos, quer voltar a estudar para retomar o poder aquisitivo da família – esposa e três filhos –, com quem veio para o Brasil em dezembro de 2013. Formado em Engenharia Mecânica, ele era proprietário de uma empresa de engenharia em Damasco, capital síria, mas decidiu abandonar o país quando confrontos entre rebeldes islamitas e jihadistas do Estado Islâmico do Iraque e Levante (EIL, ligado à Al-Qaeda) deixaram milhares de mortos.

A escolha por São Paulo veio da sugestão de amigos que já residiam na cidade. Ele garante que a vinda foi tranquila, pois Damasco ainda não sofria as consequências da guerra civil que já deixou mais de 130 mil mortos, destruiu a infraestrutura do país e gerou uma crise humanitária regional, provocando um dos maiores fluxos de refugiados da história recente – 2,5 milhões de pessoas deixaram a Síria desde o começo do conflito.

Depois de 8 minutos de conversa, Talal pede ajuda ao filho Riad (13 anos) porque não entende o que diz a repórter com quem conversa ao telefone. O pouco do Português que fala e entende aprendeu no dia a dia, vendendo comida síria que prepara com a esposa e comercializa em um shopping próximo à estação Brás do metrô paulista. Além de sustentar a família, ele pretende que o novo trabalho o ajude a retomar os estudos para que possa ter sua profissão reconhecida e, dessa forma, assegurar uma aposentadoria assistida.

“Aqui no Brasil é muito difícil reconhecer diploma, precisa de muitos documentos”, reclama. Por isso, pensa em fazer mestrado. Segundo Talal, as exigências com este título são menores, apenas o diploma e o RNE (Registro Nacional de Estrangeiro), principal documento do estrangeiro residente no Brasil, que identifica sua condição de residência (temporária ou

permanente) e o prazo de estada. A emissão do RNE, entretanto, é um dos problemas da política de acolhimento brasileira. No seu caso, se não tivesse argumentado que os filhos precisavam do documento para a matrícula na escola, a espera poderia ter sido maior: “Foram sete meses para tirar o protocolo [junto à Polícia Federal] e mais cinco para receber o RNE”.

Riad, assim como o pai, quer ser engenheiro mecânico. Ele diz que em Damasco a condição econômica da família era outra, mas assegura que está gostando de viver no Brasil. Há nove meses ele ganhou uma nova irmã, Sarah, e todos na família terão visto permanente a partir de agora. Econômico nas respostas, limita-se em dizer que “aqui é legal”, que saíram do seu país por causa da guerra, mas reconhece que não viveram os horrores iguais aos que seus compatriotas têm vivido: “Quem está chegando agora sofreu muito mais”, assegura.



# O que se ensina quando não se ensina

Janaína Vianna da Conceição, Camila Alexandrini e Caroline Scheuer Neves\*

*Você já parou para pensar quantos professores e colegas negros você já teve em sua vida escolar? E o número de autores da literatura e personagens negros que você leu e aprendeu na escola? Lembra?*

No Brasil, mais da metade da população é negra. E esse número continua sendo maioria quando vemos estatisticamente que a taxa de analfabetismo é duas vezes maior entre negros; que 73,83% do total da população carcerária é de jovens negros (de acordo com dados do Ministério da Saúde); que eles são os que mais morrem (têm 2,5 vezes mais chances de serem assassinados do que os jovens brancos, segundo a Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República); que as mulheres negras são as que mais sofrem com o desemprego (conforme dados do estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, do Ipea), com a solidão afetiva (de acordo com o Censo 2010, 52,89% das mulheres negras estão solteiras); e com a violência (segundo o *Mapa da Violência 2015*, o número de mulheres negras mortas cresceu 54% em 10 anos, de 2003 a 2013, enquanto o de mulheres brancas assassinadas caiu 10% no mesmo período).

Quando circulamos pelas salas de aula de universidades públicas, consultórios médicos, salas de professores, teatros, quando lemos revistas, livros, assistimos a propagandas, a novelas e a outros programas de TV, vemos, contudo, essa proporção se inverter: negros são minoria.

Mesmo com esses índices alarmantes, nosso país continua vendendo a imagem de democracia racial, de povo que lida pacificamente com as diferenças raciais. Continuamos ouvindo o discurso de que “todos somos iguais”, ainda que persista um tratamento desigual das pessoas, frequentemente, em função da cor que apresentam no corpo – quer dizer, esse discurso segue beneficiando quem sempre foi beneficiado e não impede que a população negra do nosso país continue

sofrendo com o racismo. Nesse sentido, nós queremos todos iguais quando queremos ser reconhecidos e valorizados também pelas nossas diferenças.

O que mudaria, então, se a escola fosse um espaço para também aprender sobre temáticas relacionadas a gênero e sexualidade, a raça e a tantas outras questões que nos são caras? O que mudaria se, em vez de enfatizarmos que os negros foram escravos, disséssemos que eles foram escravizados? Se, em vez de falarmos só sobre a escravidão, a aptidão dos negros para a capoeira, esportes e tudo que envolva o corpo – dissociado da racionalidade –, apresentássemos as incontáveis e ricas contribuições que foram e vêm sendo produzidas por negros e negras em diferentes campos do conhecimento? O que temos visto, por enquanto, é que falar do negro, no ensino, muitas e muitas vezes, continua sendo falar da escravidão, de práticas culturais consideradas excêntricas (vide o tratamento dado às religiões afro-brasileiras), da mulher negra no Carnaval, do homem negro enquanto sinônimo de força e músculo, da cultura negra no singular, e não das culturas e identidades negras presentes no Brasil.

Em nossa história escolar e universitária, foi esse tipo de experiência que tivemos. Em nossa breve mas intensa trajetória docente (em português/literatura), não é isso o que procuramos fazer. E muito se deve aos estudantes. Conhecemos alunos (e certamente ainda conheceremos outros mais) que, por mais apáticos ou desinteressados que pudessem parecer, em um dado momento inesperado, foram os autores de, pelo menos, um questionamento que desestruturou o planejamento docente, que abriu um abismo entre o que se esperava ensinar, o que era ensinado, o que o aluno esperava aprender e o que, de fato, aprendeu. Pudemos identificar algumas dessas demandas, e da mesma forma, à medida do possível, foram elas o ponto de partida de muitas de nossas escolhas: sejam elas de textos, de atividades, de projetos; sejam de autores, de temáticas, de histórias. No processo de pensar

o que se deve (ou não) ensinar, várias possibilidades são descartadas. Ao não ensinar essas possíveis possibilidades, já dizemos muito a nosso aluno – o qual se queixa tão imprudente quanto assertivamente: *Por que estamos lendo o livro X e não o livro Y?*

Ler Machado de Assis e não ler Júlia Lopes de Almeida diz muito; ler Aluísio Azevedo e não ler Ademiro Alves (Sacolinha) diz muito; ler Clarice Lispector e não ler Carolina Maria de Jesus diz muito. Lemos na escola Machado de Assis, Cruz e Souza, Lima Barreto, por vezes sem saber que são autores negros. Lemos e ouvimos Vinicius de Moraes, o poeta “branco mais preto do Brasil”; lemos Bernardo Guimarães e sua *Escrava Isaura* e saímos sem conhecer – tanto na escola quanto nos cursos de Letras das universidades – autores brasileiros negros que versam sobre temáticas negras, como Oliveira Silveira, Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Elisa Lucinda, Mãe Sttela, Abdias Nascimento, entre tantos outros e outras. E a lista se estende quando incluímos as áreas do conhecimento que não são as nossas.

O que nós, professores, estamos ensinando quando não trazemos para a sala de aula essas questões é que falar das identidades negras do nosso país é algo que não importa ser discutido e debatido. Colocamos debaixo do tapete questões que são cruciais para a identidade brasileira, como se não importassem a ninguém – nem aos próprios negros ou somente a eles.

O aluno tem o direito de ter conhecimento dos demais protagonistas de nossa história, dos autores de nossa cultura tantas vezes à margem nas instituições de ensino, dos professores que ensinam com base em outros pressupostos. É dever do professor dar acesso ao que tantos discursos fazem questão de apagar da vida e do cotidiano dos estudantes.

Podemos dizer, em certa medida, que o que o aluno *deve* aprender e o que o professor *deve* ensinar podem estar na inversão contínua desses papéis entre quem/o que se ensina e quem/o que se aprende. Uma vez disposto a aprender com os alunos, o professor avalia

com mais propriedade a relevância de suas (não) escolhas; uma vez disponíveis a ensinar, os alunos se tornam partícipes e responsáveis pela construção de determinado saber. E, nesse jogo de posições, nutre-se a sensibilidade à qual todo exercício docente deveria estar a serviço. Quando nosso aluno questiona o porquê de estarmos lendo *Dom Casmurro*, nós, professores atentos, deveríamos reconhecer em tal incômodo (em vez de chamar de preguiça a indisposição que até nós temos com tantos clássicos) o desejo incompreendido pela leitura, que oferece desafios renovados. Sabemos que essas intenções “ocultas” parecem utópicas, mas concordamos que autores, personagens e histórias, bem como temas, textos e tarefas, têm carecido de um olhar mais cuidadoso à pluralidade que constitui nossa sociedade na contemporaneidade.

Sunili Govinnage, em um recente artigo publicado no jornal *The Guardian*, relatou sua experiência ao ler escritores não brancos durante doze meses. Suponhamos que seja esse o projeto de leitura do professor de Literatura Brasileira para uma turma do ensino médio. Certamente os percalços serão muitos, já que somos ensinados a supervalorizar a produção literária que preenche as prateleiras de livrarias e de muitas casas, cujos autores possuem longa e acessível fortuna literária; que nossos alunos não encontrarão resenhas diversas, sobretudo de autores negros, para se desviarem da leitura; que nosso planejamento pedagógico será atravessado por questionamentos que desacomodam a expectativa de muitos pais em relação ao que seus filhos *devem* aprender. Percalço maior é, entretanto, ensinarmos que as diferenças não deveriam existir, sendo isso sinônimo de tudo continuar como está. É preciso, portanto, superar a insuficiência de nosso ensino e vasculhar outras bibliotecas, para que a insatisfação de muitos de nossos alunos seja surpreendida com problemáticas que transformem a vida em sociedade.

\*Professoras de Língua Portuguesa e alunas do PPG em Letras



Para as autoras, os professores precisam falar das identidades negras em sala de aula, dando acesso ao que muitos discursos fazem questão de apagar da vida dos estudantes



# Não há carisma

**Olhar estrangeiro**

*Pesquisador francês especialista em Brasil analisa a situação política atual do país*

Samantha Klein

O brasilianista Stéphane Monclaire, professor da Sorbonne, esteve recentemente ao Brasil para conversar com alunos da UFRGS, quando participou do 1.º Seminário Internacional de Ciência Política.

Ele veio ao país em meio a uma crise política que se sobrepõe a agendas talvez mais importantes para o país. Especialista em Brasil, o docente analisa a conjuntura nacional com o olhar de quem está de fora, ou seja, menos influenciado por opiniões apaixonadas. Ele também reflete sobre caminhos que poderão ser trilhados pelo governo e pela sociedade nos próximos anos.

**O país parece viver uma onda neo-conservadora. O conservadorismo é uma exclusividade brasileira ou uma onda mundial na atualidade?**

No Brasil, esse conservadorismo surge, ironicamente, entre as pessoas que têm um poder aquisitivo alto. Não é um conservadorismo tradicional, pois há outros elementos que o nutrem. Por exemplo, os evangélicos, que lutam para manter os valores tradicionais das famílias, têm a igreja como um canal de divulgação das ideias conservadoras. Além disso, o mundo mudou bastante. Você não tem mais pessoas que ficam a vida inteira trabalhando em uma única empresa, os relacionamentos homoafetivos não são velados, e os divórcios ocorrem de forma facilitada. A China, até pouco tempo atrás, era um país no globo, não uma potência. Muitas pessoas estão desorientadas com um mundo conectado, em que é necessário se adaptar. O conservadorismo é uma tentativa de manter as coisas como estão por conta do medo daquilo que é diferente. Muitos conservadores clamam pelo retorno dos militares porque creem que havia menos corrupção àquela época. Talvez menos casos, mas havia corrupção, conforme já mostraram os cientistas sociais. Há pessoas que não se preocupam muito com a manutenção dos direitos humanos porque sempre pertenceram a classes privilegiadas, mas se incomodam quando a empregada se torna diarista e cobra mais caro. Se sentem incomodados quando o filho não tem vaga na universidade porque um negro ou índio ingressa no ensino superior. Creio ser melhor um mundo com incertezas, mas cheio de oportunidades para a evolução.

**É perceptível uma expansão evangélica no Brasil. Caso um político religioso tome o poder, haverá um aprofundamento do conservadorismo?**

Atualmente, ninguém com este perfil tem cacife para se eleger presidente. Penso que o pano de fundo é saber até onde essa expansão evangélica vai. Não quero discutir a fé das pessoas nem a boa-fé das ações, mas a questão do lastro social que estabelece o evangelismo. Penso que o seu crescimento no Brasil não vai durar muito, porque se opõe aos valores individualistas. Até quando os crentes vão ficar satisfeitos em dar dinheiro a um pastor? Pastores que nem sempre são bem formados, que geralmente fazem negócios a partir de sua posição religiosa. Quando a Justiça começar a se interessar por tudo isso, penso que mais pessoas irão refletir e mudar suas posições em relação à igreja. Assim, é provável que o evangelismo não vá desaparecer no Brasil, mas perder espaço por estar se tornando ultraconservador, afastando os fiéis mais moderados.

**Hoje, como o Brasil é visto no exterior?**

O Brasil perdeu a imagem positiva no exterior. Durante a era Lula, o país ganhou muito nesse quesito, que já tinha vindo em um crescente desde os anos FHC por conta da estabilidade financeira, mesmo que tenha ocorrido o período de desvalorização entre 1998-1999. Ao mesmo tempo, nos anos Cardoso, iniciaram-se as privatizações, a exportação e importação de mais produtos. O Brasil deixou de ser visto apenas como a nação do samba, do carnaval e do futebol. Claro, se você me perguntar qual é a primeira coisa que as pessoas citam, sim, ainda será essa tríade o que vem primeiramente. Com a eleição de Lula, a trajetória de ascensão social extraordinária de um metalúrgico causou frisson. Não era um filho das elites, como os que o Brasil sempre elegeu. Houve um grande interesse pelo país, impulsionado também pela diminuição da desigualdade social. Isso falta a Dilma; não há carisma nesse governo.

**Como é percebida a atual política externa brasileira, considerando que não existe uma ação forte, como a implementada durante os anos Lula?**

O governo Dilma Rousseff não tem uma política externa clara. Com Lula e Celso Amorim era



FLAVIO DUTRA/JU

**Brasilianista analisa conjuntura política do país, criticando a onda conservadora pela qual passa o Brasil**

fácil saber o que o Brasil desejava (expansão de representações diplomáticas, estreitamento de laços com países africanos, busca por cadeira no Conselho de Segurança da ONU, entre outras medidas trabalhadas pelo Itamaraty). Agora o Brasil tenta se aproximar dos Estados Unidos depois de ter apostado todas as fichas na Organização Mundial do Comércio (OMC), ao buscar a liberalização do comércio agrícola na Europa e nos EUA. O Brasil estava muito ligado a alguns países do BRICS – Rússia e China –, o que também arrefeceu um pouco. O discurso de Dilma em defesa do Irã também não ajudou. Nem mesmo o tripé fundamental – samba, carnaval e futebol – vai muito bem depois do 7x1 contra a Alemanha. Com essa crise vinculada à corrupção, piorou muito a situação, porque o caso da Petrobras envolve políticos centrais no cenário brasileiro. Há certa desmoralização do país.

**O que poderia ter sido feito durante esses 12 anos de gestão do PT que teriam contribuído para**

**a redução da crise econômica e institucional?**

A taxa básica de juros (Selic) está entre as mais altas do mundo. Na França e na zona do Euro, por exemplo, os juros são muito baixos. Algumas vezes a França deixa seus juros a taxas negativas e, mesmo assim, consegue investidores. Durante os anos de Lula, era possível diminuir as despesas, já que a economia estava boa para financiar muitos projetos. Porém, o Brasil precisava de muito dinheiro e escolheu a facilidade a curto prazo, ao oferecer juros altos aos investidores. Também deveriam ter sido reduzidas as despesas da União com a folha de pagamentos. No Brasil, assim que são pagos os funcionários e os juros da dívida, não há mais dinheiro em caixa. O país chegou a esse ponto porque não houve reformas da estrutura administrativa do Estado.

**Há quase uma impossibilidade política de reformar o estado brasileiro. O senhor percebe isso?**

Não é fácil reformar o Estado em nenhum lugar. Há países mais acostumados com as reformas, como a Alemanha, que no final dos anos 90 teve um primeiro ministro

que decidiu modificar as regras do sistema de trabalho. Dez anos mais tarde, deu certo, e a Alemanha é o país do bloco europeu que menos sofre as consequências da crise mundial. Os políticos, entretanto, para não perderem eleição, não fazem reformas. Com um reforço pedagógico seguido de propostas bem explicadas, poderiam ser iniciadas mudanças na estrutura governamental.

**Com as pesquisas apontando baixíssima popularidade, a presidente Dilma conseguirá terminar o seu mandato?**

Tecnicamente, ela pode ficar até 2018 com toda a legitimidade de quem foi eleita. Será que ela vai governar? Poderá delegar parte da governabilidade ao ministro da fazenda e ao vice-presidente. Por outro lado, a presidente tem um histórico ilibado. Ela até pode encontrar força para resistir, mas, se a popularidade continuar a cair e a situação econômica piorar, as pessoas vão se tornar ainda mais resistentes a ela. Nesse cenário, o que vai chegar antes – a aprovação do impeachment ou a carta de renúncia –, eu não sei.



# 'Acordão' interoceânico

## Comércio

### Tratado Transpacífico abre possibilidade para nova divisão internacional do trabalho

Samantha Klein

Os Estados Unidos e mais 12 países fecharam um acordo considerado histórico em termos de possibilidades de trocas comerciais e investimentos mundiais. O Tratado Transpacífico (TPP), que precisa ser chancelado pelos congressos nacionais dos países signatários, pode formar o maior bloco comercial do mundo em termos de população consumidora e cifras. Estima-se que 40% da economia mundial esteja envolvida nesse acordo comercial.

Além de incluir a maior potência mundial, fazem parte do TPP Japão, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Cingapura, Vietnã, Brunei, Chile, México e Peru. Com países tão distintos em termos de produção tecnológica e produtos primários ou fabricados, estima-se que uma nova divisão internacional do trabalho pode se formar, cenário mundial em que diferentes países exercem determinados papéis no contexto de globalização. Afora a questão comercial, o Tratado Transpacífico é arma para diminuir a influência chinesa na Ásia. Além disso, paira a dúvida sobre os reflexos de um bloco comercial de tamanha influência sobre economias como a do Brasil.

**Expansão liberal** – O TPP não vai modificar questões fundamentais, como o conjunto das nações detentoras do desenvolvimento tecnológico e que comercializam os produtos com os maiores valores agregados, conforme o professor de Economia e Relações Internacionais da UFRGS Eduardo Filippi. Ele acredita que, nesse contexto, uma nova divisão internacional do trabalho está prestes a ser instaurada no sistema comercial mundial.

A Divisão Internacional do Trabalho previa a distribuição igualitária dos benefícios sociais e econômicos entre os países, em um cenário em que não seria necessária a instalação de parques industriais em todo o planeta, conforme destaca o docente. A crença, porém, não se concretizou. Apesar disso, um acordo das proporções do TPP mostra a disposição dos signatários de reforçar seu papel, seja de criador de tecnologias na área da robótica, seja de produtor de minério de ferro.

“A nova divisão do trabalho está baseada no reforço das vantagens comparativas de cada um dos países. Uma Tarifa Externa

Comum (TEC), que vai tornar as trocas muito mais fáceis entre os parceiros do Tratado. Aí vem a dúvida sobre se países como o Brasil podem se beneficiar com essas trocas”.

O docente destaca que, além de conter 40% do PIB mundial, o TPP fortalece importantes alianças comerciais, como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) e a Aliança do Pacífico, que reúne Chile, Colômbia, México e Peru. “Essa nova aliança transpacífica é um alargamento da Asean e da Aliança do Pacífico, o que vem ao encontro dos interesses norte-americanos de criar uma economia liberal e fazer com que o eixo de atuação se dê com essas nações voltadas ao Pacífico. Quando vemos a história da América Latina, o Chile sempre cresceu de costas para o nosso continente e sempre esteve muito voltado para a Ásia. Ainda temos de considerar a Colômbia, com suas particularidades domésticas (como a intervenção armada dos americanos no combate às drogas) e as animosidades com o Equador e a Venezuela. O TPP é uma via aberta, uma freeway de trocas e serviços”, destaca Filippi.

**Cerco à China** – O Tratado também é uma tentativa americana de conter a expansão e hegemonia da China na Ásia. Mestre em Relações Internacionais pela UFRJ, Vitor Vieira destaca que os Estados Unidos perderam influência entre os Tigres Asiáticos e agora lutam para retomá-la. “As crises dos anos 90 fizeram com que os americanos perdessem espaço de influência no continente. Quando quebram todas as economias asiáticas, os ban-

cos internacionais começam a sair desses países, causando reflexos na economia americana. Como se tratava de uma crise de confiança coletiva sobre os emergentes, os EUA não tinham como financiar a reabilitação pós-crise. Com essa fase passada, o TPP é uma tentativa de retomar a influência econômica americana na região”, considera.

A República Popular da China deu impulso à sua expansão econômica a partir dos anos 2000 e hoje é a principal parceira comercial de países como o Brasil e disputa com o Canadá o primeiro lugar em trocas comerciais com os Estados Unidos. O governo de Pequim apostou na integração regional e multilateral nos últimos anos e já faz parte de dez acordos de livre-comércio.

Quando criada, no início dos anos 1990, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) já tinha um viés de tentar conter o gigante asiático. Aquela foi uma tentativa de um Japão que perdia espaço para o país comunista. Porém, o governo chinês conseguiu se inserir na APEC e está liderando o bloco que reúne nações que também estão no TPP. “Na gestão Xi Jinping, a partir de 2013, esse bloco comercial avançou nas negociações para o estabelecimento de uma Área Livre de Comércio Ásia-Pacífico. Ou seja, a China vai continuar vendendo para os países do Tratado Transpacífico, mas sem as regras determinadas pelo acordo firmado em 2015”, destaca Vitor Vieira.

Apesar dessa jogada chinesa, os 12 países que aderiram ao bloco terão aproximadamente 18 mil impostos anulados entre os membros. Também foram estabelecidas nor-

mas ambientais e sobre condições de trabalho que implicam perdas diretas para os chineses. O economista e diplomata Marcos Troyjo, no entanto, destaca que o governo de Pequim está se transformando em uma China 2.0.

Essa nova projeção da nação socialista de mercado está baseada nos investimentos em infraestrut-

## Tratado terá impacto em economias exportadoras de commodities, como o Brasil

tura realizados em países da África, América Latina e sudeste asiático. Além disso, a China está à frente de instituições como o Banco dos BRICS e o Banco de Investimento Asiático como forma de competir com o Banco Mundial, liderado pelos EUA. “Se a China vai sofrer de um lado com as normas do TPP quanto à propriedade intelectual, proibição de trabalho infantil e normas mais rígidas quanto à questão ambiental, por outro a China 2.0 está especializando sua economia com novos talentos para uma indústria de tecnologia e valor agregado. A China ainda é competitiva em escala e infraestrutura logística.”

**E o Brasil?** – As primeiras análises a respeito dos impactos de um acordo da dimensão do TPP sobre economias exportadoras de commodities não são nada positivas.

Nesse xadrez mercadológico, o Brasil seria diretamente atingido. “Certamente seu mercado exportador vai perder competitividade para esses mercados. Vai ser natural que as frutas chilenas e as commodities minerais do Chile sejam compradas pelos parceiros do TPP como mais facilidade do que as frutas brasileiras”, ressalta o professor de relações internacionais da Columbia University Marcos Troyjo.

O especialista ainda considera que esse será mais um fator para a desindustrialização do país. “Uma empresa da Alemanha, se investir no Brasil, terá um comércio limitado ao mercado interno brasileiro. Já a instalação de uma planta no Peru vai permitir a venda de produtos para os Estados Unidos, Canadá, Chile. Enfim, o enfoque será global. O Brasil, portanto, não tem condições de competir.”

Entretanto, as exportações de commodities como soja não devem ser afetadas, conforme o professor Eduardo Filippi. “Não consigo ver a China preferindo o Brasil na compra de grãos porque não há outro país que produza tanto. A China tem 1,4 bilhão de bocas para alimentar; é, portanto, uma questão de segurança nacional para o governo de Pequim. Estamos falando de mercadorias sem processo industrial, cotadas pela Bolsa de Chicago, e pouco interessa de onde vêm, mas que sejam baratas. Não se pode abrir mão do Brasil”, sustenta. Em uma projeção de médio prazo, a economia brasileira deve manter o modelo exportador de grãos.



JULIA DA ROSA SIMÕES/ACERVO PESSOAL



# A estética da Islândia

Julia da Rosa Simões\*

Uma viagem à Islândia é um encontro com as diferentes formas e manifestações do gelo e da neve. Ele começa já no avião, quando se consegue ver lá embaixo, pela janela, o que parecem ser fios brancos imóveis sobre o mar. No aeroporto, a recepção vem por conta de uma chuva de neve, ou de gelo miúdo, ou qualquer que seja o nome do fenômeno (será que os islandeses também têm 52 nomes para a neve, como os esquimós?), em que pequenos flocos brancos e duros como confeitos congelados caem sobre nossa cabeça e fazem a felicidade das crianças, que, em fins de março, gritam celebrando a volta do Natal.

Do aeroporto, em Keflavík, até a capital, Reykjavík, são 40 minutos de ônibus por uma paisagem que a gente não consegue assimilar direito, tamanha a diferença do que jamais vimos. Uma planície sem fim, sem árvores, com casas brotando aqui e ali como um cenário fincado no meio do vazio. E branco, muito branco, de todos os matizes, pontuado por pontos pretos que, de perto, percebe-se serem a rocha vulcânica que forma a ilha.

O apartamento alugado para o final de semana logo convida para um banho quente depois do primeiro choque com o frio. A ideia é sair para passear um pouco pela cidade antes do anoitecer e do compromisso noturno. Ah, o banho... É preciso dizer que quase toda a energia da Islândia provém de usinas geotérmicas, uma fonte renovável e que também se manifesta externamente em gêiseres, fumaças e vapores quentes. Ao que parece, quase 90% da água aquecida provém diretamente desses mananciais geotérmicos. Resultado: entra-se no banheiro com a impressão de que ele foi usado há pouco. O cheiro de ovo podre da água quente (enxofre?) é horrível. Mas nada desse odor fica na pele, para espanto e alívio do recém-chegado. E a água fria, na pia da cozinha, é potável, inodora e incolor. Ufa.

Para bons turistas gaúchos, a caminhada por uma rua de comércio, a Laugavegur (a língua tem uma sonoridade macia, cantada),

que leva ao coletivo de artistas onde um show está marcado para as 21 horas, lembra Gramado. Cidade pequena, ruas iluminadas e limpas, lojas e restaurantes. Com a diferença de que, ali, tudo parece autêntico e com razão de ser – além de descolado, bonito, acolhedor. Entra-se em livrarias com muito gosto. Elas são como pequenas ilhas de calor e luz cálida para quem chega do frio da noite. Ótimos lugares para se fazer o primeiro farnel da viagem. O islandês está fora de cogitação, mas o inglês e o francês são bastante presentes: contos populares islandeses e a história dos trolls do Natal são as primeiras pedidas para as crianças. Fora os badulaques vikings, místicos e muito exóticos que sempre despertam a cobiça do turista de fim de semana e não faltam.

Sem vento, o passeio é muito agradável, mesmo com as camadas de roupas e casacos de tecnologia por nós desconhecida e que protegem de fato. Carrinhos de bebês passeando ao relento, sem cobertura, apesar da neve fininha que cai, dão um toque pitoresco à caminhada. Outro passeio, saindo da capital e visitando o “interior”, além da neve, das montanhas alvas, dos campos de lava e das antigas crateras vulcânicas, teve o vento como parceiro constante. Que se transformou em verdadeira tempestade, com rajadas incredivelmente geladas e in-su-por-tá-veis. Em certo momento, começou a nevar (ou o nome que dão para aqueles golpes de neve na diagonal): em cinco minutos fiquei parecendo um boneco de neve (estava com um casaco inadequado, de lã) e alguém passou por mim e disse: “Oh, my God, it’s Snowman!”. As mãos, só com luvas de couro, ardiam e doíam, endurecidas, como se fossem cair. O rosto, paralisado. Nesses momentos, a única coisa que cruza a mente é entrar em qualquer lugar e localizar a máquina de chocolate quente mais próxima.

O fascínio das crianças com a neve é lindo de ver. Meus filhos não conseguem dar cinco passos sem fazer uma bola de neve e atirá-la ao longe, sem pegar a neve depositada nos carros, sem afundar os pés na neve, sem rir com a neve, gritar para neve, ficar para trás

fascinados com aquela coisa branca e fofa. Quando chegamos ao mar (Reykjavík, a “baía fumegante”, é litorânea como quase todas as cidades dessa ilha de 320 mil habitantes), as montanhas geladas do outro lado emudecem a todos, a vista é incrível. “Nunca pensei que um dia ia ver o que vi”, foi a única coisa que consegui escrever em meu diário de viagem sobre aquela geleira silenciosa à minha frente.

Este foi apenas o começo do meu maravilhamento. Ainda visitamos o gêiser Strokkur, que jorrou para os ares numa imensa e barulhenta bolha de ar azul que se transformou num jato de água que subiu num estouro imenso e me fez pensar que estava assistindo a uma manifestação direta das entranhas da terra. E o Gullfoss, a Cascata de Ouro, quase completamente congelada, que me deu a sensação de ter sido transportada a uma era geológica anterior – fiquei emocionada, voltaria à Islândia só para ver essa cascata de novo, ficar um bom tempo ali, a mente zerada diante da grandeza daquela paisagem. E também o Parque Nacional de Thingvellir, onde se anda numa trilha estreita literalmente entre dois mundos, entre as placas tectônicas da América e da Europa, que se elevam em paredões ao alcance das mãos.

A Islândia é mesmo espetacular. Os cenários parecem “virgens”, num palco em que a natureza mostra o seu tamanho e sua força, reinando absoluta, fazendo a gente se sentir insignificante e fraco, mas embasbacado diante de tanta beleza. Dá uma felicidade ver coisas como essas, é incrível. E quem não se sente criança andando sobre um lago congelado, caindo de cara na neve escorregadia, sendo quase carregado pelo vento polar?

Mas a Islândia não é só esse frio todo. Ela tem calor, muito calor. Em primeiro lugar, porque não se passa frio – só quem quer, nos diz um habitante local; ali, passar frio é sinônimo de despreparo. Em segundo lugar, porque os islandeses são bem-humorados, têm um senso de humor discreto que lembra o que eu chamaria de humor inglês, mas ainda mais autorreferente. Calor puro na forma de sorriso. Eles riem de si mesmos de maneira maravilhosa, fazem piada e pare-

cem achar que vale a pena viver com leveza. Em terceiro lugar, porque a gente se sente acolhido nos lugares que visita, ambientes calorosos, bonitos, delicados. Uma cultura que parece prezar o aconchego do lar e a leitura. Vi pouco do país de conquistadores que tinha em mente, ao pensar nos vikings (primeiros colonizadores da ilha): duros, guerreiros, até meio brancos. No fundo, senti que os islandeses representam a si mesmos muito mais como camponeses, pastores de ovelhas e cavalos (os únicos no mundo a terem cinco andaduras, tölt e skeið, além dos tradicionais passo, trote e galope). O mercado da lã, ali, é incrível. Em toda parte vemos o carneiro islandês (fotos, esculturas, empalhado, etc., não o real, claro, que fica nas fazendas no interior). Quase como se os islandeses se vissem como gente da terra, e não gente do mar – apesar do oceano em volta do país e de toda a atividade pesqueira de que ouvimos falar. (Um habitante local confirmou essa minha impressão; disse que a pesca comercial começou apenas no final do século XIX...)

Voltando à caminhada noturna, é fácil encontrar a Mengi, misto de casa noturna, espaço cultural e coletivo de arte. No programa, um show de Vitor Ramil. (A estética do frio na terra do gelo: justamente a melhor desculpa e o melhor incentivo para sair de casa em Paris e entrar num avião para percorrer as três horas que separam dessa ilha ao lado da Groenlândia.) Os poucos gaúchos que moram na Islândia esperam o artista tomando um chimarrão amigo. Pequena fala dos tradutores de *A Estética do Frio* para o islandês, receptividade da plateia e do lugar. Ali dentro, o calor da música do Vitor, que sempre me deixa pensativa e suspirativa. Lá fora, o encanto da neve, bela e delicada.

Incrível como a gente consegue sentir que de certa forma cria laços com um país absolutamente improvável em nossa lista de prioridades turísticas. Pretendo voltar para a Islândia. Quem sabe no verão.

\*Doutoranda do PPG em História da UFRGS



# Reflexões pós-crise mundial

## Economia

*Autores debatem políticas econômicas e diplomacia recente do Brasil*

Samantha Klein

No atual ambiente de incertezas econômicas e políticas, talvez seja o momento de fazer uma releitura do passado recente para compreender e projetar as perspectivas do país. O livro *A Internacionalização do Brasil na Era da Globalização: Ensaio sobre Economia e Política Internacional*, lançado pela Editora da UFRGS na Feira do Livro, dá subsídios para isso.

Organizado pelos professores André Moreira Cunha, Hélio Henkin e Marcos Caputi Lélis, é dividido em capítulos que aproximam o leitor de áreas como Economia e Relações Internacionais. São abordadas as motivações para a crise dos *subprimes* – desencadeada pelo descontrole da economia norte-americana, em que bancos concediam empréstimos de risco sem lastro financeiro – que atingiu os EUA em 2008 e contaminou o mundo inteiro em 2009. São levantadas as causas da crise e as medidas tomadas pelo governo brasileiro para minimizar os prejuízos.

“O Brasil se valeu de medidas contracíclicas para combater a recessão. Enquanto o mundo inteiro parou de consumir e investir, o governo estabeleceu uma série de medidas de estímulo ao consumo, como a desoneração do setor automotivo, o incremento da distribuição de renda e o financiamento e a oferta de crédito por bancos públicos”, ressalta André Cunha. Em



As soluções que o Brasil utilizou para conter a crise de 2008, como o estímulo à compra de automóveis, estão entre as questões discutidas no livro

2010, o país terminaria com taxa de crescimento de 7,5%, enquanto o mundo inteiro estava em processo de encolhimento econômico.

O economista, entretanto, avalia que as ações do governo já estavam em vias de esgotamento e os investimentos não foram corretos. “Ao invés de desonerar o setor automobilístico e incentivar a compra de carros, de subsidiar a energia elétrica e o petróleo, o governo brasileiro deveria ter investido na construção de metrô, saneamento básico e moradia: os benefícios seriam muito mais duradouros. Montadoras que antes aproveitavam a isenção do IPI estão sofrendo com a recessão agora, e as pessoas que compraram veículos estão endividadas”.

Além da crise financeira global de 2008, com reflexos ainda presen-

tes nas economias europeias, a publicação faz um resgate das políticas de inserção do Brasil na globalização, seja pelo viés desenvolvimentista, que previa o fortalecimento de um parque industrial nacional e a substituição de importações, seja pela inserção neoliberal a partir dos anos 1990. Cabe destacar que as políticas de abertura de mercados, a flexibilização fiscal e financeira, além das privatizações, atingiram toda a América Latina.

Em artigo do professor Paulo Visentini, são retomadas as ações da diplomacia brasileira nos últimos anos. No governo FHC, quando houve continuidade das políticas de abertura do mercado brasileiro iniciadas com Collor, o Brasil foi atingido pela crise financeira que varria os Tigres Asiáticos, Rússia



### A internacionalização do Brasil na era da globalização: ensaios sobre economia e política internacional

André Cunha, Hélio Henkin e Marcos Lélis (orgs.)  
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014  
308 páginas  
R\$ 38 (preço médio)

e México. O real foi desvalorizado, aumentaram-se tarifas para alguns setores e ofereceu-se financiamento barato para outros. “Dessa forma, o segundo mandato de FHC se iniciou sob crise e necessidade de mudança. O cenário mundial em que o governo baseara sua inserção começava a se desarticular. O discurso de adesão submissa à globalização neoliberal foi substituído pela crítica à globalização assimétrica”,

destaca Visentini em seu texto.

A publicação é resultado de pesquisa sobre os indicadores de desempenho e implementação da inserção externa do Brasil. O estudo foi realizado no âmbito do Núcleo de Estudos sobre Indústria, Tecnologia e Comércio Internacional da Faculdade de Ciências Econômicas, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).



### Encontros transculturais Brasil-Canadá

Zilá Bernd e Patrick Imbert (orgs.) | Porto Alegre: Tomo Editorial, 2015  
224 páginas | R\$ 40 (valor médio)

## Abertura para o diálogo

Em tempos de intolerância, este livro traz um sopro de esperança aos que ficaram sem palavras diante da construção de muros reais e virtuais para barrar o trânsito de migrantes que fogem de seus países devastados por guerras civis e perseguições de toda ordem. Já na apresentação da obra, os autores ressaltam que o termo transcultural implica uma promessa de vida melhor, um ato de linguagem performativo que leva a criar relações menos conflituosas, mais cuidadosas e mais atenciosas. Conjugando perspectivas que combatem a exclusão, os textos se distanciam de um discurso histórico que se atém apenas às diferenças. Os 11 artigos desta coletânea exploram as mudanças nas relações e nos encontros culturais entre as Américas, o Canadá e o Brasil, aos quais se conectam novas narrativas, vocações artísticas, intenções políticas, sociais ou econômicas. A contribuição de Adina Balint-Babos, por exemplo, analisa as identidades

transmigrantes a partir do estudo das obras *A Casa dos Espelhos*, de Sérgio Kokis, escritor quebequense de origem brasileira; e *Brazilian Journal*, de Patricia Kathleen Page, poetisa e pintora canadense que residiu em nosso país nos anos 1950. A autora sustenta que os trabalhos de Kokis e Page tentam pensar a pluralização desse nosso mundo, ultrapassando os limites entre a autobiografia e a ficção, o texto e a imagem, o depoimento e o documentário; escrituras que conferem uma nova dimensão aos diálogos inter e transculturais Brasil-Canadá. Afinal, como escreveu o sociólogo e historiador Richard Sennett, em uma das citações que abrem o livro “[...] Os brutais simplificadores da modernidade podem reprimir ou distorcer nossa capacidade de viver juntos, mas não eliminam nem podem eliminar essa capacidade. Como animais sociais, somos capazes de cooperar mais profundamente do que imagina a atual ordem social”. (Ânia Chala)



### Por que cantam os Kísédjê

Anthony Seeger | São Paulo: Cosac Naify, 2015  
320 páginas, com DVD | R\$ 58 (preço médio)

## Conexão pela música

Mesmo que seja resultado de um estudo acadêmico, do qual se poderia esperar alguma aridez no tratamento do assunto, a edição de *Por que Cantam os Kísédjê* contempla públicos com interesses bem diversos. Obra de referência que inaugura o campo da antropologia musical, abarca inclusive o apelo mais visual com vídeos em um DVD encartado. Neste há trechos que são comentados nas descrições apresentadas no decorrer do texto. Há também um filme que registra a Festa do Rato (ritual de iniciação masculina), de 1996, com imagens realizadas por Anthony Seeger. Em destaque, há ainda um vídeo do mesmo rito gravado pelos próprios Kísédjê em 2011. Este, aliás, é um traço que marca a obra: o esforço por respeitar os sujeitos retratados e valorizar a sua autodeterminação. A certa altura, o autor narra um episódio em que ele e a esposa, ao serem requisitados por seus anfitriões, tocavam música folk quando um dos homens se aproximou com um gravador e começou a gravar. “Quem estava estudando

quem?”, questiona-se Seeger. A inversão chegou também ao uso do possessivo por parte dos Kísédjê, que chamavam o casal de “nossos brancos”. Essas passagens, para o leitor que não pretende compartilhar das discussões complexas dos trechos ligados à etnomusicologia, tornam-se um deleite. Elas surgem já na narrativa inicial em que, ao mesmo tempo em que relata os estágios da Festa do Rato, o autor vai revelando sua inserção na rotina da aldeia, onde viveu por 15 meses. As observações desse estudo tornaram-se paradigmáticas para a área da antropologia. “Por todas as terras baixas da América do Sul, até onde sabemos, a música é empregada para representar e criar uma transcendência de tempo e substância: passado e presente são ligados, e humanos e inumanos se comunicam e comungam. Até certo ponto, o tempo e a potencialidade do mito se reestabelecem no presente pelo som das flautas, dos chocalhos e da voz”, afirma Seeger. (Felipe Ewald)



Roland Barthes nasceu em um dia 12 de novembro, há cem anos, em Cherbourg, noroeste da França. De lá, galgaria seu espaço na história da filosofia. Foi um pensador plural e inquieto, dando saltos de um campo para outro. Enquanto esteve ativo, tratou de investigar a literatura, a história, o jornalismo, a fotografia, a música, a publicidade, o cinema, entre outros produtos culturais. Ficou famoso nos anos 60 por decretar a morte do autor. E, depois, acabou a vida biografando alguns de seus autores preferidos, no que chamou de “amigável regresso”. Trabalhou, também, a questão do método nas ciências humanas. Nada mal para um teórico que pensava que a arte – e entendia sua própria escrita como arte, o que fica evidente no seu estilo personalíssimo – devia antes ser crítica e interrogar o mundo do que tentar explicá-lo.

Com inapetência por se fixar em um campo no espectro das ciências humanas, o pensamento de Barthes fica como que à deriva entre departamentos e grupos de

pesquisa, sem nunca pertencer a uma área específica. De acordo com o professor de Linguística do Instituto de Letras da UFRGS, Valdir Flores: “Roland Barthes é um daqueles autores que não se deixa enquadrar em moldes disciplinares. Sua investigação é transversal a vários campos do conhecimento: Literatura, Filosofia, Linguística, Artes”.

**Mitologias** – Barthes demorou a engranar na carreira acadêmica. Coursou a Sorbonne desde 1935, mas em meio a crises de tuberculose (chegou a ficar cinco anos isolado em um sanatório) só foi assumir seus primeiros cargos docentes 13 anos depois. Em 1953, lançou o seu livro inaugural: *O Grau Zero da Escrita*. A partir desse ano, começa também a publicar artigos bimensais em que aborda a cultura de massas. Esses ensaios estão reunidos em *Mitologias* (1957), livro que se revela profícuo para o campo dos chamados estudos da mídia. Para o professor de Jornalismo da Faculdade Comunicação So-

cial da PUCRS Roberto Ramos, “Roland Barthes foi o semiólogo que dedicou grande parte de seus estudos ao tema dos discursos midiáticos”.

Neles, ele chega à conclusão de que a função dos mitos nas sociedades antigas é similar àquela atribuída à cultura de massa na atualidade. Além disso, por colocar todos os meios de produção de sentido no mesmo plano e se dedicar às intertextualidades que surgem entre eles é que o trabalho de Barthes se mantém atual. É possível, por exemplo, entender a internet pelos mesmos princípios das outras mídias, ainda que com outra linguagem, “porque, na verdade, na diversidade das mídias, nós encontramos uma unidade, que é a produção de sentido, o uso do discurso e a importância da conotação”, complementa o professor.

**Semiologias** – Durante os anos 60, o trabalho de Barthes vai se voltar às questões de linguagem. Em *Elementos de Semiologia* (1963), o escritor entende que,

ao imaginar um significante imaterial e abstrato, a linguística de Saussure e todo o estruturalismo que advém dela acabam por se distanciar da realidade histórica e social na qual inevitavelmente as linguagens humanas estão inseridas. Essa revisão dos autores fundadores do estruturalismo causou um estardalhaço nas ciências humanas à época. Como coloca o professor da Faculdade de Educação Cristiano da Costa: “Ele vem nessa gama de autores que irão rever o trabalho do Saussure e dos primeiros linguistas. Vai pensar a língua e a linguagem, e problematizar: o que é a língua?, do que fala a linguagem?, o que pode fazer a escrita?”.

Saussure pretendia que sua ciência das linguagens fosse um subcampo de uma ciência maior, a Semiótica, estudo dos signos de maneira geral. Barthes inverteria essa equação: “Seu argumento é irretocável: não há sistemas de signos que tenham a amplitude da linguagem humana; não há sistemas que possam existir fora da linguagem humana. Deriva daí o pertencimento da Semiótica à Linguística, e não o contrário, como pensava Saussure”, explica Valdir Flores. Esse raciocínio dá grande impulso ao campo da Linguística, referido à época como ciência-piloto.

Toda essa reflexão vai ajudar naquela que talvez seja a sua grande contribuição para os estudos literários, o artigo *A Morte do Autor*, de 1967. O ensaio curto quer combater o ranço biográfico da crítica então vigente e passar a focar no que o leitor experimenta ao entrar em contato com um texto. “Para devolver a escritura a seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do autor”, escreve. Para Valdir Flores, o que se pretende é um favorecimento do texto, e não uma obliteração completa da figura do autor. “Se entendi bem, Barthes está menos preocupado em declarar a desconstrução de um paradigma e mais dedicado a marcar que o texto tem lugar de maior destaque”, considera.

**Biografias** – Luciano da Costa estuda Barthes a partir da noção de biografema, que está dispersa na obra do teórico. O biografema seria o detalhe que um leitor pode buscar em uma história qualquer. “É uma estratégia para se olhar a vida do outro. Pode ser a de alguém consagrado, de um anônimo ou até de uma instituição. Essa maneira de olhar tem de fugir da análise historiográfica e teleológica, ou seja, que cria relações de causa e efeito entre os fatos vividos. A gente tem essa tendência a criar conectores que dão algum sentido para a vida, mas o problema é que a gente acaba criando rótulos e limitando as possibilidades e a interpretação”, explica o professor.

De fato, em seus últimos livros, sobretudo após a morte de sua mãe, figura importante para o autor, Barthes vai se focar na questão das histórias de vida. Em *A Câmara Clara* (1980), seu volume dedicado à fotografia, faz referên-

cia às imagens maternas. Em *Sade, Fourier, Loyola* (1980), retoma os detalhes das vidas de alguns de seus escritores favoritos (Marquês de Sade, Charles Fourier, Santo Ignácio de Loyola) de maneira carinhosa. É seu “amigável regresso” aos autores. Sobre Marcel Proust, em trabalho inacabado, resgatado de seus diários, escreve: “Que bom encontrar um homem quando se esperava encontrar meramente um escritor”.

“Barthes é um daqueles autores que não se deixa enquadrar em moldes disciplinares”

Valdir Flores  
Professor do  
Instituto de Letras

Sobre a importância dessa noção de biografema para o campo das ciências humanas, Luciano diz que ela pode servir de ferramenta metodológica, ao trazer um pouco mais de transparência à escrita acadêmica – o que pode ajudar a deixar evidente o quanto a subjetividade está presente no processo de pesquisa: “O biógrafo já escreve impregnado de si. É o que toca as pessoas, e o que toca geralmente são coisas minúsculas”. Por outro lado, ele sugere que a própria figura biográfica de Barthes, relacionada à questão da docência, já implica uma ética da educação.

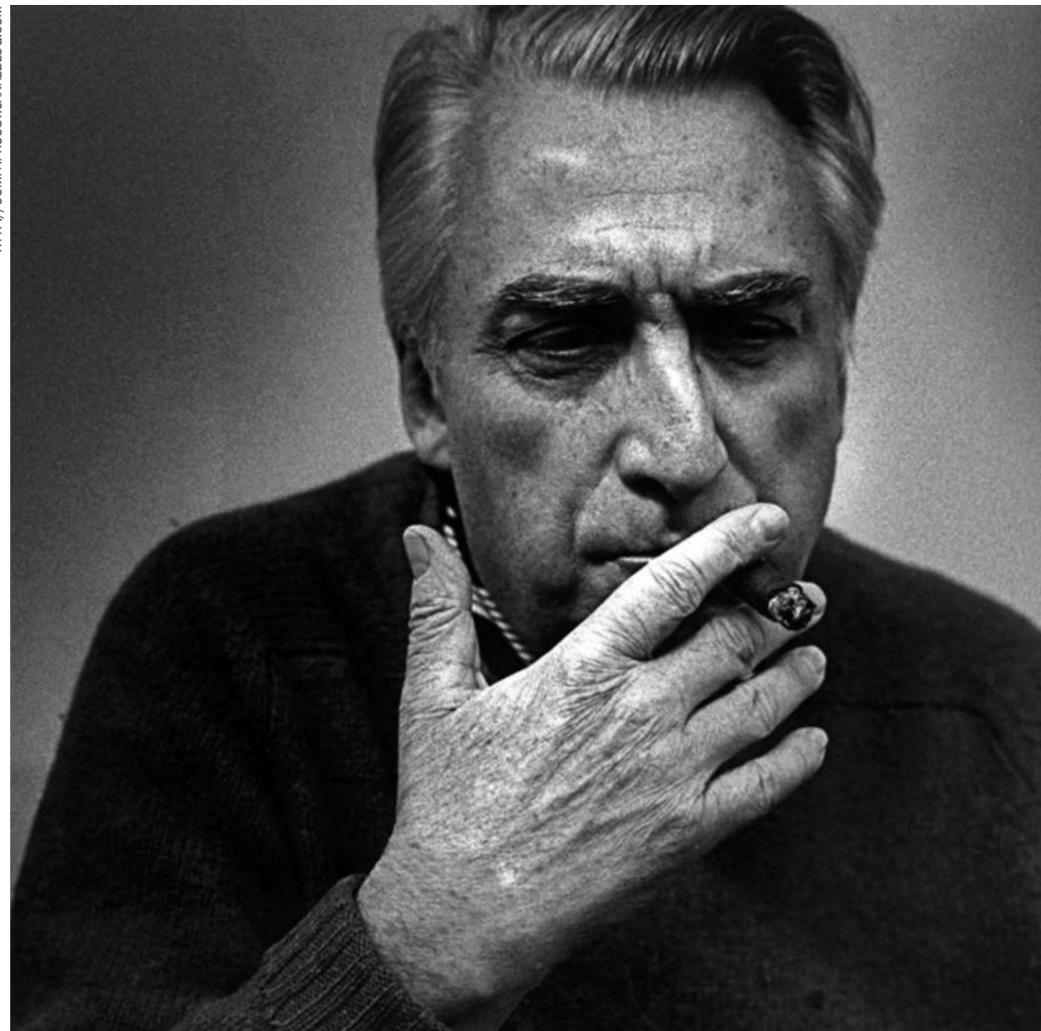
**Publicações** – O ano do centenário de Barthes tem sido de reedições dos seus livros, de lançamentos de versões em português de suas biografias, como a da professora universitária Tiphaine Samoyault. Este tomo com mais de 720 páginas faz um extenso trabalho de apuração e traz imagens de arquivo. Outros tipos de homenagens proliferam-se, como é comum diante dessas efemérides. Em São Paulo, um colóquio de quatro dias reuniu pesquisadores de sete universidades. Na França, o Centre Pompidou, espaço cultural que no passado já exibiu o então pouco conhecido trabalho do Barthes pintor, realizou uma série de palestras.

Outro registro das comemorações é a publicação do romance de Laurent Binet, intitulado *A Sétima Função da Linguagem*, que ganhará versão em português em 2016. Nele, o autor tece uma teoria conspiratória de que a morte de Barthes, atropelado por uma van de lavanderia aos 64 anos, não teria sido acidental. O pensador teria descoberto a sétima função da linguagem, mantida como segredo de estado. A investigação vai enquadrar seus colegas de faculdade numa mistura de Sherlock Holmes e 007. Prova de que a vida e o trabalho de Barthes seguem dando frutos: por meio de estudos, indagações, inspirações ou como conteúdo nas mais bem-humoradas ficções.

Igor Porto, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

# Amigável regresso

Filosofia No centenário de seu nascimento, obra do francês Roland Barthes se mantém plural





## DESTAQUE



Feira 2015 poderá ser visitada no segundo andar do prédio da reitoria de 7 a 11 de dezembro

## Artistas e artesãos

**Bazar UFRGS**  
*Espetáculo de abertura e coleta de brinquedos marcarão evento*

Há três anos, antes de finalizar o período letivo e já dentro do espírito natalício, é realizado o Bazar UFRGS, reunindo trabalhos artísticos e artesanais de alunos, técnicos e professores. Durante uma semana, toda a comunidade universitária tem a possibilidade não apenas de conhecer outro viés do perfil de seus colegas, como também de adquirir algum item da variada produção. A edição deste ano vai ocorrer de 7 a 11 de dezembro no segundo andar do prédio da reitoria.

Para Carla Bello, coordenadora de projetos especiais do departamento de Difusão

Cultural e responsável pelo Bazar, a iniciativa teve grande receptividade desde o começo: “Nossa ideia é integrar a comunidade”, salienta. Segundo ela, havendo espaço para que todos possam expor seus trabalhos, não há restrição na hora que os interessados encaminham suas inscrições. Este ano, entretanto, não serão aceitos produtos alimentícios, devido ao seu caráter perecível, pois não há estrutura adequada de armazenamentos desses produtos.

Como a atividade é desenvolvida durante o horário de expediente, das 9h às 18h, muitos servidores chegam a tirar férias nesse período para poderem participar do Bazar. Isso ocorre especialmente entre os servidores que trabalham em outros câmpus, pois precisam estar presentes para expor e comercializar suas peças. Possivelmente essa seja uma das motivações pela demanda de que o bazar seja realizado também em outros espaços da Universidade: “Já recebemos mensagens do pessoal do Câmpus do Vale pedindo que façamos lá o bazar,

mas não temos estrutura para isso”, justifica a coordenadora.

Para a abertura da edição de 2015, está programada a apresentação do espetáculo Korvatunturi, que desde dezembro de 2012 permanece em cartaz o ano inteiro na cidade serrana de Gramado. Inspirado em uma lenda finlandesa, é uma produção totalmente original, desde a concepção de músicas, letras, arranjos, figurinos, coreografias, cenários e roteiro. Considerado “mágico e arrebatador” pelos frequentes visitantes da serra gaúcha, o show conta uma história que busca mostrar os verdadeiros valores da vida e levar o espectador a um reencontro com os sentimentos de amizade, alegria, solidariedade e amor. Concebido pelo diretor artístico Rodrigo Cadornin, o espetáculo é uma fusão de teatro, dança, técnicas circenses e cenários virtuais.

O valor do ingresso para Korvatunturi será a doação de um brinquedo a ser trocado por senhas a partir de 30 de novembro, das 9h às 18h, no mezanino do Salão de Atos da UFRGS.

## CINEMA

## Mostra 100 anos de Orson Welles

Ao lançar *Cidadão Kane*, aos 25 anos, Orson Welles revolucionou as técnicas de filmagem. Dois anos antes, havia transmitido pela CBS versão dramatizada de *A Guerra dos Mundos*, de Herbert Georges Wells. Após esse fato, Welles fechou um contrato milionário com Hollywood que lhe garantiu liberdade para escrever, dirigir, atuar e produzir. Sessões com entrada franca.

**CIDADÃO KANE**  
(*Citizen Kane*, Estados Unidos, 1941, 119min)  
Sessões: 16 de novembro, 19h; 23 de novembro, 16h

**SOBERBA**  
(*Manificent Ambersons*, Estados Unidos, 1942, 80min)  
Sessão: 19 de novembro, 16h



**O ESTRANHO**  
(*The Stranger*, Estados Unidos, 1946, 95min)  
Sessão: 19 de novembro, 19h

**DAMA DE SHANGAI**  
(*Lady of Shanghai*, Estados Unidos, 1947, 87min)  
Sessões: 17 de novembro, 16h; 30 de novembro, 16h

**GRILHÕES DO PASSADO**  
(*Mr. Arkadin*, Estados Unidos, 1955, 93min)  
Sessão: 18 de novembro, 16h

**A MARCA DA MALDADE**  
(*Touch of Evil*, Estados Unidos, 1958, 95min)  
Sessões: 17 de novembro, 19h



**O TOQUE DA MEIA-NOITE**  
(*Campanadas a Medianoche*, Espanha, França, Suíça, 1965, 117min)  
Sessões: 20 de novembro, 16h

**DOM QUIXOTE**  
(*Don Quijote de Orson Welles*, Espanha, 1992, 116min)  
Sessões: 20 de novembro, 19h

## 5 anos Nonada – Jornalismo Travessia

O site *Nonada – Jornalismo Travessia* integra de forma colaborativa e independente a cena jornalística de Porto Alegre,

abrindo diversas manifestações e produtos culturais. Para marcar os cinco anos do site, seus integrantes programaram uma sessão especial.



**ELENA**  
(Brasil, 2012, 82min) dir. Petra Costa  
Sessões: 23 de novembro, 19h; 24 de novembro, 16h  
Após a sessão do dia 23, haverá debate com a jornalista Bibiana Osório e a pesquisadora Laura Wulff Schuch, e mediação da jornalista Júlia Manzano

## Cultura de Periferia

Ciclo de cinema tem como objetivo apresentar produções de cineastas que moram nas periferias das grandes cidades, provocando debate sobre preconceitos, invisibilidade e o reconhecimento das diferenças.

**MINICINE TUPY**  
(BR, 2002, 10min) Dir. Sérgio Bloch  
Sessão: 18 de novembro, 19h

**EU NÃO GANHEI ESSE EDITAL**  
(BR, 2009, 10min) Dir. André Pacheco, Julio Pecly, Paulo Silveira  
Sessão: 18 de novembro, 19h15

**SUPERTINGA**  
(BR, 2015, 15min) Dir. Luciano Moucks  
Sessão: 18 de novembro, 19h30

**PIXOÇÃO II**  
(BR, 2014, 81min) Dir. Bruno de Jesus Rodrigues  
Sessão: 9 de dezembro, 19h

**NÃO – É UM FILME DE SKATE**  
(BR, 2013, 16min) Dir. Dyego Barbosa  
Sessão: 9 de dezembro, 19h

## CineDebate Direitos Humanos

Projeto desenvolvido pela Liga dos Direitos Humanos da Faculdade de Educação da UFRGS em parceria com a Sala Redenção destaca os direitos humanos sob a ótica do cineasta Milcho Manchevski. A sessão, que tem entrada franca, será seguida de debate.

**MÃES**  
(*Mothers*, Bulgária, França, Macedônia, 2010)  
Sessão: 25 de novembro, 19h  
Sessões especiais comentadas

**O ÚLTIMO POEMA**  
(BR, 2015, 74min) Dir. Mirela Kruehl

Sessões: 26 de novembro, 19h; 27 de novembro, 16h

**KBELA**  
(BR, 2015, 23min) Dir. Yamin Thayná  
Sessão: 27 de novembro, 19h

**MUDANÇA DO CLIMA, MUDANÇAS DE VIDA**  
(Brasil, 2006, 51min) Dir. Todd Southgate  
Sessão: 30 de novembro, 19h

## 10.ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Mundo

Evento promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com produção do Instituto Cultural Em Movimento (ICEM), celebra o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948.

**MÉDICO ALEMÃO**  
(*Wakolda*, Argentina, 2013, 93min) Dir. Lucía Puenzo

Sessões: 14 de dezembro, 19h; 15 de dezembro, 16h; 17 de dezembro, 16h; 18 de dezembro, 19h



**O PORTO**  
(*Le Havre*, Finlândia, 2011, 93min) Dir. Aki Kaurismäki  
Sessões: 14 de dezembro, 16h; 16 de dezembro, 19h; 17 de dezembro, 19h

**O QUE EU MAIS DESEJO**  
(*Kiseki*, Japão, 2011, 128min) Dir. Hirokazu Koreeda  
Sessões: 15 de dezembro, 19h; 16 de dezembro, 16h; 18 de dezembro, 16h

## Documentário

Longa-metragem busca capturar a essência dos anos dourados do bairro BomFim.

**FILME SOBRE UM BOMFIM**  
(BR, 2015, 88min) Dir. Boca Migotto  
Sessões: 24 de novembro, 19h; 25 de novembro, 16h; 26 de novembro, 16h

## ONDE?

► **Museu da UFRGS**  
Oswaldo Aranha, 277  
Fone: 3308-3390

► **Sala Alziro Azevedo**  
Salgado Filho, 340  
Fone: 3308-4318

► **Sala Redenção**  
Luiz Englert, s/n.º  
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**  
Paulo Gama, 110  
Fone: 3308-3066

► **Instituto Goethe**  
24 de outubro, 112  
Fone: 3218-7800

## EXPOSIÇÃO

## Memórias da Expressão

Mostra de desenhos e pinturas integra série de atividades que resgata o trabalho desenvolvido na extinta Escolinha de Artes da UFRGS, que por 50 anos promoveu o ensino de artes a crianças e jovens da comunidade. Visita: até 3 de dezembro  
Local e horário: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, de segundo a sexta, das 10h às 18h  
Entrada franca

## Deambulações: entre Gravuras e Rinocerontes

Mostra internacional de arte impressa, promovida pelo Núcleo de Arte Impressa de Artes da UFRGS, reúne gravuras contemporâneas, tendo como inspiração a xilografia do artista alemão Albrecht Dürer. Visita: até 11 de dezembro  
Local e horário: Instituto Goethe de Porto Alegre, de segundo a sexta, das 10h às 20h  
Entrada franca

## Existir é Resistir

Projeto Unifoto traz o trabalho fotográfico de Estela Vidal Durà, que busca sensibilizar a sociedade para com a realidade palestina. Visita: de 1 de dezembro a 8 de janeiro  
Local e horário: saguão da reitoria, das 8h às 18h  
Entrada franca

## TEATRO

## Petra

Espectáculo teatral conta a história de Petra, mulher de meia-idade, estilista, rica e influente na alta sociedade alemã. Apaixonada por Karina, torna-se completamente dependente da jovem que desfruta sem responsabilidades da vida confortável que leva ao lado da parceira. Sessões: 18 e 19 de novembro  
Local e horários: Sala Alziro Azevedo, 12h30 e 19h30  
Entrada franca

# Pioneirismo por convicção

**Cláudio Martins Real**  
Aos 90 anos,  
o veterinário  
homeopata  
segue com  
projetos ativos

Quando Quitéria, “a melhor vaca do tambo”, entrou em coma devido a uma febre vitular, a família Real buscou a única alternativa disponível na pacata Vila do Capão do Leão. A consulta via telefone com o único médico-veterinário da região e a consequente aplicação, por parte da família, do tratamento sugerido foram bem-sucedidas, e o episódio teve influência decisiva na opção de Cláudio, então criança, pela profissão de veterinário.

Hoje, aos 90 anos, Cláudio Martins Real acumula décadas de dedicação à pesquisa e à prática da medicina veterinária. A paixão pelo ofício resultou em 45 anos de atuação universitária, o título de professor catedrático mais jovem do país e, em setembro deste ano, a homenagem de professor emérito da UFRGS, onde atuou por 32 anos.

**Trajetória** – Cláudio cresceu em uma chácara no interior do município onde nasceu, Capão do Leão, à época distrito de Pelotas. Segundo o veterinário, a infância no meio rural proporcionou-lhe uma relação com os animais fundamental a sua

trajetória. “Essa vivência no campo e a convivência diária com as criações de coelhos e aves, com as lides do tambo leiteiro, com cavalos e, ainda, claro, cães e gatos, exerceram grande influência na opção pela profissão que exerço com paixão há 67 anos.” Ele e seu irmão iam diariamente a Pelotas, onde cursavam o ensino básico, até a família se transferir para a cidade da zona sul do estado. “Junto com o Ary, eu ia e voltava de ônibus diariamente para estudar no Colégio Gonzaga, em Pelotas. Essa viagem, que hoje se faz em 15, 20 minutos, naquele tempo levava mais de 40. As estradas eram de terra, e quando chovia era uma tragédia”, lembra. Cláudio viveu em Pelotas com sua família do início da adolescência até os 19 anos, quando veio para a capital fazer o curso de veterinária na Escola de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre, que viria a ser a Faculdade de Medicina Veterinária da UFRGS.

No ano seguinte ao do término da graduação, em 1948, Cláudio aceitou o convite para ingressar no Curso de Veterinária como professor assistente. Já em 1950, por pressão da comunidade acadêmica, adquiriu a titulação de catedrático: “Para corresponder à dignidade do cargo, foi um período de intenso trabalho intelectual, estudo e atividade prática de ensino. A turma da qual fiz parte na graduação era muito crítica e exigente com seus professores. Então, eu não poderia incorrer nos erros que, como alunos, verberáramos a nossos mestres”, diz Cláudio, que recorda o período de ampla dedicação: “Lembro que, no início, calculava o número de horas

que poderia dormir cada dia, diante da avalanche de conhecimentos que deveria apreender para ministrar as aulas como achava que elas deveriam ser ministradas”. O esforço foi recompensado pelos alunos, que o escolheram dez vezes como paraninfo, nove como professor homenageado e uma vez como homenageado de honra em cerimônias de colação de grau. “Sou muito grato aos meus alunos, dos quais sempre recebi apoio. Até hoje, meus ex-alunos me cercam de carinho e amizade quando nos encontramos. Ser docente, conviver com estudantes, poder influir, pelo exemplo de conduta, em suas mentes, no seu caráter e no seu conhecimento no que tange à sua formação e orientação profissional, foi uma das maiores bênçãos que Deus proporcionou em minha vida”, afirma Cláudio.

**Dedicação à homeopatia** – Como pesquisador, o catedrático se destacou principalmente pelo trabalho com a homeopatia veterinária, área na qual é considerado pioneiro. O interesse por tal terapêutica veio por influência da família, que, por sua vez, foi introduzida ao tratamento homeopático em um episódio marcante. No começo do século XX, Pelotas, onde seu pai era proprietário de um armazém de secos e molhados, sofreu de um grave surto de disenteria. Seus dois irmãos adquiriram a doença, e o mais novo deles veio a falecer. “O primogênito, Vicente, teria tido o mesmo destino se o Sr. Guimarães, o guarda-livros do armazém, não tivesse se oferecido a meu pai para olhar o menino e ‘dar umas homeopantias’ para ele”. O

irmão sobreviveu e a homeopatia se tornou prática do cotidiano familiar. O próprio Vicente se tornou médico homeopata, e o patriarca da família, Francisco Real, após sua aposentadoria, se dedicou ao estudo da homeopatia, com o objetivo de auxiliar os mais desamparados. “Chegavam a se formar filas de pacientes, todos sempre atendidos com o mesmo carinho e atenção. Meu pai não só dava os medicamentos como também conselhos de higiene, principalmente às mães no trato com as crianças. Quando apresentava um caso difícil e que ultrapassava seus conhecimentos, mandava as pessoas para a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, muitas vezes dando dinheiro para as passagens.” A experiência de presenciar impressionantes curas por meio da homeopatia exerceu grande influência em Cláudio, que durante sua trajetória sempre defendeu o uso dessa prática, mesmo com a resistência de grande parte da comunidade científica.

**Aposentadoria ativa** – Cláudio permaneceu na UFRGS até 1982, quando se aposentou. No mesmo ano, se mudou para Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde prestou concurso e assumiu como professor titular no Curso de Veterinária da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, permanecendo na docência até 1993. Três anos após se estabelecer em Campo Grande, fundou a RealH, empresa que surgiu como uma loja de produtos veterinários e artigos para fazendas e evoluiu para uma empresa de atuação em todo país e pioneira no desenvolvimento do método da

Homeopatia Populacional Veterinária. “Essa mudança de ambiente e de circunstâncias me trouxeram um enriquecimento profissional incomensurável, possibilitando o desenvolvimento e a colocação em prática de ideias e projetos que teriam pouca possibilidade de serem desenvolvidos no sul”, reflete.

Cláudio segue trabalhando diariamente na RealH, onde tem como parceiros três de seus quatro filhos. Cláudia Maria, que é diretora financeira e administrativa da empresa, Mário, médico-veterinário pela UFRGS, com o cargo de diretor técnico, e Marcelo, médico-veterinário pela UFMS, o diretor comercial. Sua outra filha, Ana Maria, é professora e reside em Porto Alegre. Os quatro são frutos do casamento de 63 anos com a professora de História e Geografia Maria de Lourdes. “Casei-me em 31 de janeiro de 1952. Na realidade, não foi um dia de casamento, mas sim o dia em que ganhei a Sorte Grande. Pessoa extraordinária, mãe e companheira dedicada, nas boas e nas más horas. Devo a ela grande parte do sucesso que obtive em minha vida.”

Além das atividades na empresa, Cláudio ainda atende a eventuais casos clínicos e a pessoas que o procuram para aconselhamento homeopático. “O meu ‘tempo livre’ ocupo com o estudo e com a leitura. Apesar de estar transitando os 90 anos, não me sobra tempo para apreender tudo o que quero, principalmente na homeopatia”, afirma.

João Pedro Teixeira, aluno do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico





*Memórias da Expressão* traz para o público uma pequena mostra de um acervo encantador de aproximadamente 15 mil desenhos e pinturas de crianças e adolescentes. Esta exposição representa o resultado de um importante movimento de meados do século XX que rompeu com modos tradicionais e já obsoletos de educação artística. A Escolinha de Arte da UFRGS, criada em 1960 pela iniciativa de professores e ex-alunos do Instituto de Artes, originou-se diretamente do Movimento das Escolinhas de Arte do Brasil, desenvolvido no final dos anos de 1940 no Rio de Janeiro, desencadeado pelas iniciativas do artista e professor Augusto Rodrigues. A exposição pode ser vista também como uma homenagem àqueles professores que lutaram apaixonadamente por essa Escola, que esteve em atividade durante 52 anos. Entre eles, Iara de Mattos Rodrigues, diretora da Escolinha entre 1965 e 2005, ano de sua partida. Coincidentemente, no aniversário de 10 anos de sua morte, vejo-me envolvida com a produção dessa mostra. Iarinha, como era conhecida, dedicou-se com toda paixão e utopia por mais de 45 anos àquilo que seria seu grande projeto de vida: a educação através da arte. De minha parte, posso dizer que a ter conhecido e ter compartilhado dessa experiência, tanto como aluna na infância quanto como professora anos mais tarde, foi fundamental para a minha formação. E um verdadeiro privilégio.

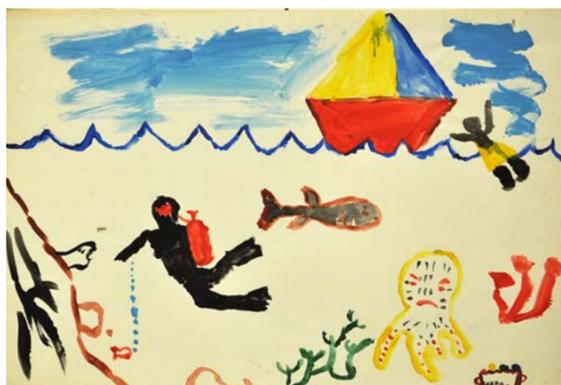
# Escolinha de Arte

IMAGENS EX-ALUNOS DA ESCOLINHA

TEXTO MARILICE CORONA



A PINACOTECA BARÃO DE SANTO ÂNGELO APRESENTA, DE 5/11 A 3/12, A EXPOSIÇÃO **MEMÓRIAS DA EXPRESSÃO**, UMA MOSTRA PARCIAL DO ACERVO DA EXTINTA ESCOLINHA DE ARTE DA ASSOCIAÇÃO DE EX-ALUNOS DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS (1960-2010), HOJE SOB A GUARDA DO IA/UFRGS.





Na Escola Municipal de Ensino Fundamental América, em Porto Alegre, a ausência de mobilização para discutir a Base Nacional Comum Curricular pode atrapalhar a sua implementação

ENTRE 25 DE SETEMBRO E 15 DE DEZEMBRO, o texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNC) fica disponível online no sistema de consulta pública (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>) para receber contribuições a serem consideradas na redação definitiva que será entregue pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação no primeiro semestre de 2016.

A abertura para ampla avaliação por parte da sociedade, no entanto, não o torna menos polêmico. O processo de elaboração da Base vem sendo cravejado de críticas que variam entre o rechaço total a sua existência – considerando suficientes as Diretrizes Curriculares Nacionais – e a contestação à forma como vem sendo encaminhado – a proposta sob consulta foi produzida por um grupo reduzido ligado ao MEC. Aliado a isso, há quem entenda a BNC como uma imposição do poder central, uma interferência na sala de aula. Há escolas que se ressentem de não terem sido chamadas a participar desde o início.

Por outro lado, o reconhecimento de que a Base é necessária também está fortemente disseminado, mesmo entre aqueles que mantêm ressalvas a ela. Nesse sentido, circulando em diferentes esferas de debate, é possível averiguar uma atitude pragmática comum que defende uma postura afirmativa: “Já que a base está aí, vamos aproveitar

a oportunidade para qualificar o ambiente escolar”.

**Para entender a BNC** – Trata-se de um documento que, em suma, tem o desafio de esclarecer de maneira sucinta os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Essa empreitada reflete o entendimento de que se devem reduzir as desigualdades decorrentes da diferença nas oportunidades de aprendizagem, que podem ter grande variação de acordo com a área em um estado ou região do país em que a escola se localize.

O conteúdo da BNC representará 60% do currículo a ser cumprido pelas instituições da Educação Básica, sendo o restante reservado à parte diversificada, buscando garantir o atendimento das características regionais, culturais, sociais e econômicas do contexto em que a escola se insere. Assim, ela deverá orientar a composição das propostas curriculares das redes de ensino e a formulação do projeto político-pedagógico de cada instituição escolar.

Ao observar como a BNC vem se constituindo até o presente momento, o propósito deste Caderno é contribuir para o debate a seu respeito. Para isso, são retratadas as perspectivas de alguns envolvidos com o intuito de identificar como a Base é compreendida a partir de diferentes instâncias.

# Base comum

TEXTO FELIPE EWALD

FOTOS FLÁVIO DUTRA



# Expectativas

## No debate

Na manhã de 28 de outubro, a sala II do Salão de Atos da UFRGS ficou lotada para o lançamento da reflexão acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNC), promovida pela Coordenadoria das Licenciaturas da UFRGS e pela Faculdade de Educação. Estavam presentes principalmente pesquisadores, professores de escola, gestores e alunos de licenciatura. O comparecimento substancial reflete a dimensão do impacto que a BNC pode ter nas esferas de ensino e mesmo na sociedade como um todo. Esta, aliás, foi uma observação recorrente na fala de todos os que tomaram parte na discussão.

A escola está no centro desse furacão, já que será mais imediatamente afetada, no que tange tanto aos professores como aos alunos. Os pais e responsáveis terão à disposição um documento objetivo a partir do qual poderão acompanhar de perto as atividades e participar do cotidiano escolar. A universidade se vê envolvida seja por receber os alunos provenientes da educação básica,

seja pelas mudanças que a Base pode acarretar nos cursos de licenciatura – e na relação destes com as escolas. Organizações da sociedade civil esperam contar com mão de obra mais capacitada para atuar no mercado de trabalho. O país pode se beneficiar com cidadãos mais habilitados a participar da vida pública.

Com a abertura para as manifestações do público, após as falas dos componentes da mesa de trabalho, gerou-se um clima tenso, com falas contundentes questionando principalmente o processo de elaboração do texto inicial da BNC, realizado por um Comitê de Assessores com o apoio de uma comissão de 116 especialistas. Alguns profissionais da educação cobravam, como principais interessados, sua participação mais direta desde o princípio, em vez de terem sido chamados a se manifestar apenas neste momento, junto com o resto da sociedade, da consulta pública.

Ainda durante a mesa, a palestrante Sandra Corazza, especialista em políticas curriculares, já havia alertado para

o teor de autoridade que a BNC carrega pelo fato de ter sido organizada por um órgão governamental. Segundo a professora, apesar dos méritos que o texto preliminar contém – o caráter contemporâneo e a possibilidade de abertura –, pesa sobre ele essa faceta centralizadora, o que o torna propenso a ser avaliado pelos professores como algo imposto e obrigatório. Isso, por sua vez, pode dificultar a sua incorporação na prática profissional.

Além disso, para a docente, ao reunir uma lista de objetivos e direitos de aprendizagem, a Base corre o risco de tratar os professores apenas como consumidores, e não autores, de propostas curriculares. Ela questiona a razão de não se abordar também o direito à docência, reconhecendo aqueles como criadores.

De qualquer forma, Sandra preconiza que, diante do processo já em andamento, a BNC seja utilizada, de maneira produtiva, como um trampolim para que os professores estabeleçam um novo vínculo com a sua profissão.

## Na escola

Munidos dos apontamentos levantados no debate realizado dentro dos muros da Universidade, fomos a campo confrontar a realidade de uma instituição escolar. Chegamos à Escola Municipal de Ensino Fundamental América durante o recreio. Em meio à balbúrdia e correria esperadas, somos levados até a sala da coordenação pedagógica. Lá aguardamos a professora Daniela Araújo. Sua experiência como professora de português em turmas de segundo e terceiro ciclos e como supervisora escolar no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa legitimam sua apreciação da BNC.

Nossa intenção inicial era que ela avaliasse um recorte do conteúdo da BNC (havíamos selecionado a Língua Portuguesa para o sexto ano). No entanto, ela nos desarmou imediatamente, dizendo que ainda não tinha nenhum conhecimento sobre a Base. Com isso, marcou aquele que seria o estado de espírito de toda a conversa, entre a desolação e a esperança.

Após um breve relato sobre a constituição da BNC, questionamos a

respeito da possibilidade de esta ser uma oportunidade para os professores reverem sua profissão, como sugere Sandra Corazza. Daniela rebate que pode servir para discutir o ensino, mas não a profissão de professor, “porque a gente não é nada, não vai fazer diferença alguma o que a gente pensa ou não”. O sentimento de extrema desvalorização, apesar de conhecido, é sempre duro de ser presenciado. Nesse caso, ele vem de uma desconfiança de que a Base seja aprovada e que a carga acabe recaindo apenas sobre os professores, sem nenhuma contraparte estrutural por parte dos gestores públicos. “Ninguém vai ser contra o que está aqui na Base, em termos de ensino. A discussão é outra: por que estão me pedindo isso se não fazem a sua parte, se a educação está do jeito que está?”, explica.

Para que se dê uma efetiva valorização do professor, ela aponta ao menos dois requisitos: a elevação salarial e a qualificação da rede de apoio e atendimento à comunidade escolar. “Posso me dispor a tudo o que está aqui na BNC e aí chego na aula e tem um aluno

## A Base vista de dentro

Vitor Powaczruk, assessor do Departamento Pedagógico da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, é um dos 116 especialistas da comissão que trabalha na produção da proposta da BNC. Ele se situa na área de Linguagens, componente curricular Educação Física. Conversamos em meio ao rumor da burocracia – os setores da secretaria são separados apenas por divisórias baixas – sob uma bruma de tensão e cuidado. Sinal de que ele se vê em meio ao fogo cruzado, a todo momento esforça-se por antecipar possíveis críticas à Base e demonstrar como o processo vem sendo conduzido com lisura. Para isso, usa uma linguagem didática, plena de ilustração com imagens.

Em primeiro lugar pontua que a BNC é incontornável, uma vez que é parte de uma política e já vem sendo prevista em documentos oficiais desde a Constituição Federal de 1988. Há menções a ela na Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação (PNE). “Ela pode ser contestada qualitativamente, mas não em sua existência”, opina. Para a acusação de que haveria um engessamento do currículo, Vitor usa as imagens contrastantes do quebra-cabeça e do Lego para indicar que, como as peças deste, a Base dá direcionamentos que admitem criação.

Na defesa da abertura e da pluralidade do processo, cita um exemplo: “Num mesmo grupo, temos o Marcos Meira, professor titular da Faculdade de Educação da USP, e, ao lado dele, o Vagno (Ferreira de Sousa), formado em 2012, que trabalha numa escola no meio da selva. Os dois dialogam e o Vagno diz: ‘não, isso não

cabe na escola’”. Isso demonstra como a comissão contempla a diversidade de região e de experiência.

Como gestor, Vitor enfatiza que é preciso acreditar no processo e no compartilhamento de responsabilidades por parte dos professores para que estes se envolvam no desenvolvimento da Base. Nessa direção, informa que já foi constituída uma comissão, em parceria com diferentes entidades representativas, que irá promover fóruns de discussão para disseminar a BNC por todo o estado. Questionado por que ainda não havia sido iniciada a discussão – o estado de Santa Catarina, por exemplo, já realizou a mobilização, como informa Maria Beatriz Luce –, ele afirma que, por precaução, a comissão preferiu aguardar a definição do MEC a respeito de como serão processadas as contribuições.

**A criação da Base** – Integrante do Comitê de Assesores, Margarete Schlatter, professora do Instituto de Letras da UFRGS, revela como se deu a construção do texto provisório. Ao caracterizar o processo como “interessante”, revela a impressão de uma negociação árdua mas construtiva.

Exemplo disso, relata Margarete, são os conflitos gerados frente à necessidade de enxugar a quantidade de objetivos de aprendizagem, compreendendo que não se trata de enumerar “tudo o que é importante na vida” – nem de tentar impor seu campo de pesquisa como mais importante do que outros ou de listar o que os professores julgam que devem ensinar –, mas apontar o que é relevante como núcleo comum na escola, sob a perspectiva daquilo que é direito dos alunos aprender.

Por outro lado, houve acordo entre todos de que a Base deveria ser composta por práticas, por itens ligados ao fazer, e não por listas de conteúdos. Em algumas áreas, contudo, isso foi controverso, pois soava como sinônimo de metodologia de ensino, o que não cabe na BNC.

Nesse sentido, a professora insiste que não se pode dizer que o texto apresentado resulte de um consenso. Prefere tratá-lo como os acordos que foram possíveis de se construir. As discrepâncias acentuadas pelos momentos históricos distintos de cada componente fazem-na constatar: “Nosso país ainda é muito jovem; a gente ainda não vive cotidianamente a construção da cidadania pela democracia. Essa vivência ainda não é difundida na escola”. Tudo isso se reflete na Base, que se constitui como lugar de intensas disputas.

O Comitê de Assesores iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2015 com a tarefa de redigir o texto introdutório das áreas e conceber a estrutura inicial da BNC, a ser desenvolvida junto com a Comissão de Especialistas. De forma geral, todos têm um envolvimento muito forte com a escola, seja como atividade direta, de orientação de estágio ou de pesquisa. Margarete pondera que o resultado ainda está muito extenso, mas que reflete o que foi possível fazer num prazo curto. O grupo segue na análise da proposta enquanto a consulta está aberta. Segundo ela, agora a equipe já adquiriu maturidade para fazer a depuração do texto e encontrar eixos comuns entre os componentes – o que se refletirá na continuação do trabalho a partir das apreciações da consulta pública.



**A professora Daniela Araújo, da EMEF América, defende a existência da BNC, mas acredita que ela deva ser acompanhada de políticas estruturais que garantam o atendimento básico aos alunos, tornando possível uma valorização do trabalho docente**

que dormiu no tanque com água gelada, em pleno inverno, para aprender a não incomodar”; o outro, a mãe botou as mãos para queimar no fogão porque ele queimou a comida... Quer dizer, como é que vou fazer com que esse aluno esteja interessado na minha aula? Não há como cumprir metas se não nos dão todos os recursos. Eu sou a favor de que existam metas e que elas sejam exigidas, mas que em troca haja assistência, saúde, atenção à comunidade. Aí o trabalho do professor será valorizado. É preciso valorizar também o entorno da escola e torná-la novamente um ambiente de aprendizagem, o que ela não é mais”, assevera.

Deste ponto de vista, torna-se natural que os professores se revoltam e não se engajem no que é proposto pela Base. “Desanimados, desestimulados e sem cobrança, a tendência é que continuem fazendo como sempre fizeram”, completa.

O desalento e a falta de estrutura se revelam também no número insuficiente de professores: no dia em que a encontramos, Daniela estava substi-

tuindo um professor de Matemática, área na qual não tem formação. Ela ressalta: “Uma das dificuldades do professor é que ele não tem tempo para fazer formação, está sempre em sala de aula”. E seria justamente a preparação que poderia favorecer o acolhimento da BNC – “se não preparar o professor, não adianta nada!”. A professora cita o exemplo do Pacto pela Alfabetização, que contou com um esforço grande de preparação dos profissionais para atuarem nas escolas. Tal fato, segundo ela, gera uma uniformidade na atuação, o que possibilita que os professores se organizem melhor. Aliado a isso, ainda a exemplo do Pacto, deve vir também um sistema de supervisão e cobrança que acompanhe as atividades e proporcione um feedback a respeito do trabalho – “Isso depende de uma supervisão escolar exigir que o professor aplique o que foi estabelecido, o que acaba, nesse sentido, mexendo no papel do professor”. Por fim, Daniela ainda reforça: “O que garantirá a implantação efetiva da Base é o material chegar nas escolas e ser discutido lá”.

**Do planejamento à crítica** – Esse posicionamento é corroborado por Maria Beatriz Luce, professora de política e administração da educação na Faced/UFRGS. Ela participou da discussão do dia 28 de outubro no Salão de Atos, fazendo um relato do processo inicial de organização e planejamento como ex-secretária de Educação Básica do MEC. Dias antes, em entrevista ao JU, apresentou ressalvas ao modo como acabou sendo encaminhada a elaboração do texto preliminar sem a participação mais direta e ampla das escolas na discussão. Ela defende que o conceito de “gestão democrática” deveria presidir a formulação da política, a qual adquiriria um sentido pedagógico. “Não adianta ser um simples processo de formulação; a concepção de base comum é um processo de formação de professores, eminentemente, e também de formação da sociedade”, complementa.

Ainda assim, a ex-secretária não tinha dúvidas de que a discussão deveria ser conduzida pelo MEC, como uma política federativa, contando também

com a participação da sociedade civil. Isso levava em consideração a constatação de que só as Diretrizes não estavam sendo suficientes, já que há um quadro de alta rotatividade no magistério, com professores mais qualificados abandonando a carreira, carência na formação inicial de professores – os cursos em geral abordam pouco a questão curricular – e dificuldade dos estados de gerir as políticas curriculares. Sendo assim, era necessário levar adiante, definitivamente, o estabelecimento da BNC. “Com o Plano Nacional da Educação aprovado, o MEC não podia deixar de assumir seu papel de coordenador da política nacional de educação básica”, acrescenta.

**Encruzilhadas da formação** – Licenciada em Letras pela UFRGS no ano 2000, Daniela afirma ter encontrado desconfortos entre a formação e a realidade que teve de enfrentar quando chegou à escola. A maior dificuldade com a qual se deparou foi o fato de que durante as aulas na faculdade faltava a consideração pedagógica da figura

dos alunos como sujeitos reais e ativos do processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto problemático em relação à formação é que cada curso segue orientações teórico-metodológicas muito díspares, o que dificulta bastante o alinhamento da perspectiva de atuação quando os professores chegam à escola. Nesse sentido, Daniela reafirma a relevância da existência da Base Comum e defende que ela seja discutida dentro dos cursos de formação de professores, justamente para que haja maior coincidência entre as perspectivas de trabalho em sala de aula, reverberando o pensamento de Maria Beatriz Luce.

De fato, na perspectiva de Daniela, a relação da universidade com a escola é problemática. “A universidade é estritamente um centro de pesquisa, não tá preocupada com o ensino real”, aponta, considerando que são dois mundos à parte. “Se houvesse uma parceria, seria proveitosa, tanto para renovar as ideias na escola como para que a universidade tenha mais noção da realidade”, completa.



## Uma escola ligada à universidade

Para a professora **Danusa Mansur Lopez**, coordenadora do Núcleo de Apoio ao Ensino do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRGS, o currículo deve ser discutido continuamente, já que a “educação faz parte da cultura, e cultura é algo vivo”. Seguindo essa perspectiva, o atual período de discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNC) deve ser entendido como uma etapa provisória, sendo necessário revisá-la permanentemente.

Ainda assim, o tempo para as contribuições (até 15 de dezembro) é considerado, pela equipe do CAp, muito reduzido diante da relevância do que está sendo discutido. Tal situação pode acabar impedindo o envolvimento de grande parte das escolas brasileiras, uma vez que a consulta acontece junto ao encerramento do ano letivo. “Corre-se o risco de que na prática o documento se torne uma simples listagem de conteúdos caso não seja aprofundada a discussão nos diferentes âmbitos educacionais: municipal, estadual, universitário”, assevera Danusa.

De fato, essa preocupação com a brevidade do prazo parece já ter chegado ao Ministério da Educação. Ao menos foi o que sinalizou o Secretário de Educação Básica, Manuel Palácios, em entrevista publicada no site da revista Carta Educação no dia 6 de novembro, na qual acena com a possibilidade de reabertura da consulta e a realização de seminários estaduais em janeiro de 2016.

O CAp, mesmo que se caracterize como instituição de ensino, se diferencia do modelo tradicional de escola pública pelo fato de, como unidade acadêmica da Universidade, contar com segmentos de ensino, pesquisa e extensão e de formação inicial e continuada de professores. Por essa razão, ocupa um lugar privilegiado para se realizar a discussão sobre a BNC. Na sequência, apresentamos trechos da entrevista concedida pela professora Danusa.

### *Como o CAp se posiciona frente à Base?*

O CAp toma conhecimento da BNC da mesma forma que outras instâncias universitárias. Consideramos que é de extrema importância uma participação qualificada, atentando para o impacto desse projeto na educação brasileira.

### *Há algum consenso sobre a BNC entre os professores do CAp?*

Estamos ainda em fase de estudos. Apesar de a Equipe de professores do Ensino Médio já ter iniciado os estudos da Base Nacional Comum, as demais equipes de professores (anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos) e as áreas do ensino ainda estão se organizando. Há, porém, uma percepção geral de que será necessário dispormos de tempo para nos apropriarmos do documento e para possibilitar discussões entre os professores do Colégio e com outras unidades acadêmicas da Universidade. Neste mês de novembro e início de dezembro, prevemos uma intensa demanda de trabalho devido à extensão e importância desse projeto, no entanto, tal estudo foi apresentado pelo MEC no final do ano letivo, colidindo com as demandas de encerramento das atividades escolares.

### *A Base é necessária? Por quê?*

Acreditamos que objetivos comuns favorecerão a formação dos estudantes brasileiros, desde que sejam respeitadas as particularidades de cada escola e a diversidade cultural brasileira, principalmente no que tange às inovações pedagógicas, que exigem tempos e espaços diferenciados.

### *Com o que é possível contribuir na discussão da BNC? O que precisa melhorar? Há virtudes?*

Como unidade da Universidade, teremos muito a contribuir, tendo em vista as pesquisas desenvolvidas, nossa prática sistemática e as inovações implementadas em nosso ensino. No entanto, à primeira vista, a BNC tem recebido muitas críticas ao excesso de conteúdos e habilidades listados, tendo deixado de lado as discussões sobre os pressupostos pedagógicos

e filosóficos ali colocados. Nesse sentido, há muito que debater, uma vez que não foram feitas questões iniciais de cunho estrutural. Além disso, qual o sentido da organização dos componentes da forma como foi apresentado a Base? A concentração de diversas disciplinas em uma grande área, como as Linguagens, e somente um componente curricular configurar uma área, como a Matemática, esses são pontos a serem questionados na contribuição no portal da Base. Outro aspecto é que possamos explicitar no portal a defesa da permanência de algum item, e não apenas a justificativa da retirada, podendo dar um enfoque propositivo, mais que apenas depreciativo. Por fim, surge, ainda, o receio de que, sendo a Base parâmetro para os exames de avaliação nacionais, se repitam, a exemplo do que aconteceu em outros países, enfoques conteudistas ou em habilidades de conhecimento em detrimento da formação integral voltada à cidadania e às questões sociais, como a prevenção de gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis e o uso de drogas, dentre outras que seriam temas transversais.

### *A BNC afetará o trabalho pedagógico? Provocará adaptações?*

Não há como avaliar o impacto dessa Base em nosso currículo, uma vez que é uma proposta em construção. Acreditamos, porém, que serão necessárias adaptações, certamente.

### *A BNC passa uma impressão de fragmentação ou essa é a organização esperada do currículo?*

Há também o receio de que as disciplinas se “diluam” de tal forma que apenas um professor, quase um generalista, dê aula de uma diversidade de disciplinas, como na área de linguagens, por exemplo. Não acreditamos nessa perspectiva. O conhecimento humano tem se especializado cada vez mais, como podemos ver aqui mesmo na Universidade. O que acreditamos é que as fronteiras das disciplinas serão cada vez mais permeáveis, de forma que o aluno perceba a integração das temáticas e os conteúdos trabalhados. Há muitas formas de se organizar o currículo escolar, dependendo da base filosófica que o rege.

### *Desde quando há conhecimento sobre a Base no colégio?*

Soube que houve o “lançamento” do documento preliminar da BNC num seminário de avaliação do programa de formação de professores Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, em Fortaleza, de 16 a 18 de setembro, do qual realizei a coordenação institucional pela UFRGS. Após o evento, estive em Belo Horizonte, nos dias 24 e 25 de setembro, participando do *Seminário sobre a Base Nacional Comum Curricular*. Aqui na Universidade, participamos junto à Faced e à Coorlicen, no dia 28 de outubro, da reflexão e discussão sobre a Base.

### *Pode-se dizer que o CAp ocupa uma posição privilegiada para fazer a discussão?*

O colégio tem uma posição privilegiada por ter em sua estrutura espaço para pesquisa e extensão; nesse sentido, consideramos que nosso corpo docente pode contribuir qualitativamente para as discussões.

### *Há uma vantagem no fato de o CAp estar bem mais próximo da Universidade?*

O fato de sermos uma unidade acadêmica e de termos muitos projetos que nos aproximam das demais unidades, como a participação do corpo docente em pesquisas, a docência em programas de pós-graduação e a participação em instâncias administrativas, nos coloca em uma proximidade vantajosa com as pesquisas feitas em educação, certamente. Nossa prática está estritamente ligada a essas pesquisas, além de sermos campo de estágio de todas as licenciaturas.

### *Seria benéfica uma maior proximidade da universidade com as escolas em geral? Será que a BNC tem força para estimular isso?*

Certamente seria muito benéfico. Consideramos que a implementação de inovações em si constitui uma parcela de utopia importantíssima para o avanço do pensamento humano que impulsiona as mudanças possíveis na realidade. Ainda não sabemos se a BNC terá força para estimular isso.